

ALPARGATAS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS PARA O PERÍODO DE NOVE MESES FINDO EM 30 DE SETEMBRO DE 2013 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

1. Contexto operacional

1.1. Considerações gerais

A Alpargatas S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital aberto com sede em São Paulo, capital, na Avenida Doutor Cardoso de Melo, 1.336 e registrada na Bolsa de Valores de São Paulo - BMF&BOVESPA com o código de negociação "ALPA4" e "ALPA3".

Suas atividades e de suas controladas (doravante denominadas "Grupo Alpargatas" ou "Grupo") são a fabricação e comercialização de calçados e respectivos componentes; artigos de vestuário; artefatos têxteis e respectivos componentes; artigos de couro, de resina e de borracha natural ou artificial e artigos esportivos.

As controladas diretas e indiretas e a coligada, por meio das quais a Companhia mantém operações no Brasil e no exterior, estão descritas na nota explicativa nº 5.

1.2. Aquisição da coligada Terras de Aventura Indústria de Artigos Esportivos S.A. - Osklen

Em 4 de março de 2013, a Companhia adquiriu 30% (trinta por cento) do capital de Terras de Aventura Indústria de Artigos Esportivos S.A. ("Osklen"). Os detalhes desta aquisição estão evidenciados na nota explicativa nº 13.

2. Base de elaboração das informações contábeis intermediárias trimestrais

2.1. Declaração de conformidade

As informações contábeis intermediárias trimestrais da Companhia, contidas no formulário de informações trimestrais – ITR ao trimestre e período de nove meses findos em 30 de setembro de 2013, compreendem:

- As informações contábeis intermediárias trimestrais consolidadas preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRSs"), emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB e as práticas contábeis adotadas no Brasil, seguindo os pronunciamentos técnicos IAS 34 e CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária; e
- As informações contábeis intermediárias individuais trimestrais da controladora preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, seguindo o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

As informações contábeis intermediárias trimestrais individuais apresentam a avaliação dos investimentos em controladas e coligada pelo método da equivalência patrimonial, de acordo com a legislação societária brasileira vigente. Desta forma, essas informações contábeis intermediárias trimestrais individuais não são consideradas como estando conforme as IFRSs, que exigem a avaliação desses investimentos nas informações contábeis intermediárias trimestrais separadas da

controladora pelo seu valor justo ou pelo custo; entretanto, a equivalência patrimonial é determinada pela legislação societária brasileira.

2.2. Bases de elaboração

As informações contábeis intermediárias trimestrais foram elaboradas com base no custo histórico, exceto, quando aplicável, por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

Conforme mencionado no item 2.1, as informações contábeis intermediárias trimestrais foram elaboradas e estão sendo divulgadas de acordo com o IAS 34 e CPC 21.R1 – Demonstração Intermediária e, dessa forma, devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras anuais da Companhia referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, divulgadas em 15 de março de 2013.

3. Principais práticas contábeis

As informações contábeis intermediárias trimestrais foram elaboradas de maneira consistente com as práticas contábeis descritas na nota explicativa nº 3 às demonstrações financeiras anuais referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, exceto pela adoção das práticas contábeis descritas a seguir:

a) Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge

A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos do tipo NDF (“Non-Deliverable Forward”) para proteger contra o risco de variação das taxas de câmbio. Os instrumentos financeiros derivativos designados em operações de hedge são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data em que o contrato de derivativo é contratado, sendo reavaliados subsequentemente também ao valor justo. Derivativos são apresentados como ativos financeiros quando o valor justo do instrumento for positivo, e como passivos financeiros quando o valor justo for negativo.

Quaisquer ganhos ou perdas resultantes de mudanças no valor justo de derivativos durante o exercício são lançados diretamente na demonstração de resultado, com exceção da parcela eficaz dos hedges de fluxo de caixa, que é reconhecida diretamente no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes.

Para fins de contabilidade de hedge, a Companhia adota o hedge de fluxo de caixa, que fornece proteção contra a variação nos fluxos de caixa que sejam atribuíveis a um risco particular associado a um ativo ou passivo reconhecido ou a uma transação prevista altamente provável e que possa afetar o resultado.

No momento da designação inicial do hedge, a Companhia formalmente documenta a relação entre os instrumentos de hedge e os itens que são objetos de hedge, incluindo os objetivos de gerenciamento de riscos e a estratégia na condução da transação, juntamente com os métodos que serão utilizados para avaliar a efetividade da relação. A Companhia faz uma avaliação contínua do contrato para avaliar se o instrumento será “altamente eficaz” na compensação de variações do valor justo dos respectivos itens objeto de hedge durante o período para o qual o hedge é designado e se os resultados reais de cada hedge estão dentro da faixa de 80% a 125%.

No hedge accounting de fluxo de caixa, a parcela efetiva das variações do valor justo dos instrumentos derivativos designados e qualificados como hedge accounting de fluxo de caixa é registrada no patrimônio líquido, em outros resultados abrangentes. O ganho ou perda relacionado à parcela ineficaz é reconhecido no resultado do exercício, em receita (despesa) financeira.

Os valores acumulados no patrimônio líquido são realizados para o resultado do exercício nos períodos em que o item protegido por hedge afeta o resultado do exercício. Além disso, quando a operação prevista protegida por hedge resultar no reconhecimento de um ativo não financeiro, os ganhos e perdas

previamente diferidos no patrimônio líquido são transferidos e incluídos na mensuração inicial do custo do ativo.

Quando um instrumento de hedge vence ou é vendido, ou quando um hedge não atende mais aos critérios de hedge accounting, todo o ganho ou perda acumulado existente no patrimônio líquido naquele momento permanece no patrimônio líquido e é realizado contra o resultado quando a transação prevista é reconhecida no resultado. Quando não se espera mais que a operação protegida por hedge ocorra, o ganho ou a perda acumulado que havia sido apresentado no patrimônio líquido é imediatamente transferido para o resultado do exercício, em receita (despesa) financeira.

b) Novas interpretações e alterações de normas vigentes a partir de 1º de janeiro de 2013.

A natureza e os impactos das novas interpretações e alterações de normas estão descritas abaixo:

IAS 1 – Apresentação das demonstrações financeiras

Introduz o requerimento de que os itens registrados em outros resultados abrangentes sejam segregados e totalizados entre itens que são e os que não são posteriormente reclassificados para lucros e perdas. A norma não teve impacto na apresentação, posição financeira ou performance da Companhia.

IAS 19 – Benefícios aos empregados

Eliminação do enfoque do corredor ("*corridor approach*") e o conceito de retornos esperados sobre ativos do plano, até simples esclarecimentos sobre valorizações e desvalorizações e reformulação. A norma não teve impacto na apresentação, posição financeira ou performance da Companhia.

IAS 28 (revisada em 2011) - Investimentos em coligadas e entidades com controle compartilhado

Revisão da IAS 28 para incluir as alterações introduzidas pelas IFRSs 10, 11 e 12. A norma não teve impacto na apresentação, posição financeira ou performance da Companhia.

IFRS 07 – Divulgações: Compensação entre ativos e passivos financeiros

Divulgações são necessárias para os instrumentos financeiros reconhecidos que não são compensados de acordo com o IAS 32. A norma não teve impacto na apresentação, posição financeira ou performance da Companhia.

IFRS 10 - Demonstrações financeiras consolidadas

Substituiu a IAS 27 em relação aos requerimentos aplicáveis às demonstrações financeiras consolidadas e a SIC 12. A IFRS 10 determinou um único modelo de consolidação com base em controle, independentemente da natureza do investimento. A norma não teve impacto na apresentação, posição financeira ou performance da Companhia.

IFRS 11 – Empreendimentos em conjunto

Eliminou o modelo de consolidação proporcional para as entidades com controle compartilhado, mantendo apenas o modelo pelo método da equivalência patrimonial. Eliminou também o conceito de "ativos com controle compartilhado", mantendo apenas "operações com controle compartilhado" e "entidades com controle compartilhado". A norma não teve impacto retrospectivo na apresentação, posição financeira ou performance da Companhia e foi adotada para o novo investimento da Companhia (nota explicativa nº13).

IFRS 12 - Divulgações de participações em outras entidades

Expande os requerimentos de divulgação de investimentos nas empresas em que a Companhia possui influência significativa. A norma teve efeito somente na apresentação, não tendo impacto na posição financeira ou performance da Companhia.

IFRS 13 - Mensurações ao valor justo

Substitui e consolida todas as orientações e os requerimentos relacionados à mensuração ao valor justo contidos nos demais pronunciamentos das IFRSs em um único pronunciamento. A IFRS 13 define valor justo e orienta como determinar o valor justo e os requerimentos de divulgação relacionados à mensuração do valor justo. Entretanto, ela não introduz nenhum novo requerimento nem alteração com relação aos itens que devem ser mensurados ao valor justo, os quais permanecem nos pronunciamentos originais. A norma não teve impacto na apresentação, posição financeira ou performance da Companhia.

4. Principais julgamentos e estimativas contábeis

Na aplicação das práticas contábeis, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas dos valores contábeis dos ativos e passivos, os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas este período, ou também em períodos posteriores se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

Os principais julgamentos e estimativas contábeis aplicadas na elaboração das informações contábeis intermediárias trimestrais foram consistentes aos descritos na nota explicativa nº 4 às demonstrações financeiras anuais de 31 de dezembro de 2012.

5. Informações contábeis consolidadas

Critérios de consolidação, definição de controladas e mudanças nas participações em controladas existentes

Os critérios de consolidação utilizados na elaboração das informações contábeis intermediárias trimestrais foram aplicados de forma consistente com os critérios descritos na nota explicativa nº 6 às demonstrações financeiras anuais de 31 de dezembro de 2012.

A consolidação abrange as informações contábeis da Companhia e das seguintes controladas diretas e indiretas:

	Participação e poder de voto - %	
	30/09/2013	31/12/2012
Participação direta:		
CBS S.A. - Companhia Brasileira de Sandálias	100,00	100,00
Fibrasil Agrícola e Comercial Ltda.	100,00	100,00
Alpargatas Imobiliária S.A.	100,00	100,00
Alpargatas Internacional APS – Dinamarca	100,00	100,00
Alpargatas S.A.I.C. - Argentina	95,00	96,42
Participação indireta (através da Alpargatas Internacional APS):		
Alpargatas Europe S.L.U. – Espanha	100,00	100,00
Alpargatas USA Inc. - Estados Unidos	100,00	100,00
Alpargatas UK Limited - Reino Unido	100,00	100,00
Alpargatas France S.A.R.L. – França	100,00	100,00
Alpargatas Itália S.R.L. – Itália	100,00	100,00
Alpargatas Portugal Limited – Portugal	100,00	100,00
Participação indireta (através da Fibrasil Agrícola e Comercial Ltda.)		
Alpargatas S.A.I.C. - Argentina	5,00	-

- CBS S.A. - Companhia Brasileira de Sandálias: adquirida em novembro de 2007, dedica-se à fabricação e comercialização de sandálias de borracha.
- Fibrasil Agrícola e Comercial Ltda.: adquirida em novembro de 1989, dedica-se à importação e exportação em geral, à compra, venda e locação de imóveis próprios e à participação em outras empresas, no país ou no exterior. Atualmente encontra-se sem operações.
- Alpargatas Imobiliária S.A.: constituída em janeiro de 2005, dedica-se à compra, venda e locação de imóveis próprios e à participação em outras empresas, no país ou no exterior.
- Alpargatas S.A.I.C. - Argentina: adquirida em outubro de 2007, porém com a transferência do controle para a Companhia em outubro de 2008, dedica-se à fabricação e comercialização de calçados e produtos têxteis, principalmente no mercado argentino.
- Alpargatas Europe S.L.U. - Espanha, Alpargatas France S.A.R.L. - França, Alpargatas UK Limited - Reino Unido, Alpargatas Itália S.R.L. - Itália e Alpargatas Portugal Limited - Portugal: constituídas, respectivamente, em julho, agosto e setembro de 2008 e abril e maio de 2009, cuja atividade principal é a importação e comercialização de calçados no mercado europeu.
- Alpargatas USA Inc. - Estados Unidos: constituída pela incorporação da Expasa Florida Inc. em dezembro de 2006. Sua atividade principal é a importação e comercialização de calçados no mercado norte-americano.

6. Incentivos fiscais – Subvenção para investimentos

A Companhia e suas controladas gozam de subvenções concedidas pelos governos estaduais em que as principais fábricas estão localizadas, as quais expiram entre 2018 e 2020. A Companhia e suas controladas gozam também de subvenções federais através do lucro da exploração na Região Nordeste.

O valor dessas subvenções para investimentos, incluindo os incentivos fiscais de imposto de renda registrados durante os períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2013 e de 2012, é demonstrado como segue:

		Controladora		Consolidado	
		30/09/2013	30/09/2012	30/09/2013	30/09/2012
Subvenção ICMS:					
Paraíba	(a)	89.939	94.449	89.939	94.449
Pernambuco	(b)	-	-	5.902	5.754
Incentivos de IRPJ:					
Região Nordeste	(c)	8.275	5.894	11.761	5.894
Total		98.214	100.343	107.602	106.097

- (a) Valores referentes à subvenção para investimentos no Estado da Paraíba, usufruída na forma de apuração de crédito presumido de ICMS, apurados pelas fábricas de Santa Rita, Campina Grande e João Pessoa. Os montantes envolvidos representam as parcelas não recolhidas de ICMS e, portanto, de destino comprometido conforme pactuado com o governo estadual. A Companhia está adimplente com o acordo estabelecido, que consiste em ampliar as unidades fabris naquela região, incrementar a produção de pares de calçados e gerar empregos diretos nas fábricas paraibanas.

Adicionalmente, durante os períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2013 e de 2012, não existiam parcelas de incentivos a serem reconhecidas contabilmente, decorrentes de obrigações estabelecidas pelo programa de incentivo, a serem cumpridas pela Companhia. As parcelas do incentivo fiscal são registradas a crédito na rubrica “Impostos incidentes sobre as vendas” na demonstração do resultado.

- (b) Valores referentes à subvenção para investimentos no Estado de Pernambuco, usufruída na forma de apuração de crédito presumido de ICMS e, portanto, de destino comprometido conforme pactuado com o governo estadual pela controlada CBS S.A. - Companhia Brasileira de Sandálias. A controlada está adimplente com o acordo estabelecido, que consiste em manter uma quantidade mínima de empregos diretos na região e auferir receita bruta mensal de, pelo menos, R\$2.500.
- (c) Registrados a crédito na rubrica “Imposto de renda e contribuição social - correntes” na demonstração do resultado (vide detalhes na nota explicativa nº 11.b)).

7. Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras

a) Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2013	31/12/2012	30/09/2013	31/12/2012
Caixa e bancos	1.113	1.483	30.181	18.400
Aplicações financeiras:				
CDBs pós-fixados (i)	6.172	5.826	6.172	8.176
Operações compromissadas pós-fixadas (i)	106.187	75.224	122.978	94.953
Outros - Alpargatas S.A.I.C. - Argentina (ii)	-	-	900	1.301
Total	<u>113.472</u>	<u>82.533</u>	<u>160.231</u>	<u>122.830</u>

A Companhia possui uma Política de Aplicações Financeiras que estabelece que os investimentos financeiros podem ser realizados somente em instituições de primeira linha determinando um “rating” mínimo segundo classificação das agências Fitch, Standard & Poor's e Moody's. Qualquer proposta para efetuar investimentos financeiros em instituições financeiras com “rating” abaixo deste mínimo determinado pela Política dependerá da autorização do Conselho de Administração.

A Política da Companhia não estabelece critérios para a determinação da composição de “Caixa e equivalentes de caixa”. Entretanto, a classificação contábil utilizada pela Administração da Companhia e de suas controladas desses componentes é a descrita na nota explicativa nº 3.c). Às demonstrações financeiras anuais do exercício findo em 31 de dezembro de 2012.

As aplicações financeiras classificadas como equivalentes de caixa pela Companhia e por suas controladas são como segue:

- (i) Em 30 de setembro de 2013, os CDBs e operações compromissadas estavam distribuídos em diversas instituições financeiras com remuneração média de 101,80% do CDI (101,78% em 31 de dezembro de 2012). Em 30 de setembro de 2013, os CDBs e os títulos relativos às operações compromissadas possuíam prazos de vencimento distribuídos entre outubro de 2013 e novembro de 2016 e são classificados como “Caixa e equivalentes de caixa”, por possuírem prazo de carência para resgate inferior a três meses e por serem considerados ativos financeiros com garantia de resgate sujeito a um insignificante risco de mudança de valor.

- (ii) As aplicações financeiras mantidas pela controlada Alpargatas S.A.I.C. - Argentina em 30 de setembro de 2013 estão representadas por títulos de renda fixa, com remuneração média anual de 2,72% (6,19% em 31 de dezembro de 2012).

b) Aplicações financeiras

Em 30 de setembro de 2013, referem-se a CDBs e operações compromissadas pós-fixados com remuneração média de 102,92% do CDI (103,52% em 31 de dezembro de 2012). As aplicações em CDB pré-fixados possuíam remuneração média fixa de 10,64% ao ano (8,88% em 31 de dezembro de 2012).

A Companhia possuía aplicações financeiras em Notas do Tesouro Nacional - tipo B (NTN-B) indexadas à variação do Índice de Preços ao Consumidor Ampliado - IPCA mais juros de 6% ao ano, com vencimento em agosto de 2020. Por serem títulos de alta liquidez, a Companhia os mantém atualizados a valor de mercado. Em 30 de setembro de 2013, a Companhia não mantinha mais recursos aplicados nestes ativos.

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2013	31/12/2012	30/09/2013	31/12/2012
CDBs pré e pós-fixados	185.034	137.834	185.034	137.834
Operações compromissadas pós-fixadas	367.175	313.604	402.257	348.849
Notas do Tesouro Nacional – Tipo B	-	7.395	-	7.395
Total	552.209	458.833	587.291	494.078

Estão sendo classificadas no ativo circulante por possuírem prazo para resgate não superior a 360 dias, contados da data da aplicação, porém fora do grupo “Caixa e equivalentes de caixa”, por possuírem carência para resgate superior a três meses e haver risco significativo de mudança de valor em caso de resgate antecipado.

8. Contas a receber de clientes

a) Compostas por:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2013	31/12/2012	30/09/2013	31/12/2012
Mercado interno	564.029	573.804	585.809	597.845
Mercado externo	19.999	25.994	153.909	123.452
Partes relacionadas (nota explicativa nº 20.b))	12.510	23.896	-	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(19.296)	(19.327)	(27.953)	(27.128)
Total	577.242	604.367	711.765	694.169

As contas a receber de clientes são classificadas como empréstimos e recebíveis mensurados ao custo amortizado. Seu valor contábil líquido é próximo ao seu valor justo, conforme razões descritas na nota explicativa nº 3.d) as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2012. As contas a receber no mercado externo estão denominadas em dólar norte americano, euro e peso argentino.

b) Contas a receber de clientes por idade de vencimento

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2013	31/12/2012	30/09/2013	31/12/2012
A vencer	554.658	571.116	665.530	650.369
Vencidas:				
Até 30 dias	6.242	13.491	19.002	23.542
De 31 a 90 dias	3.255	12.835	7.572	20.858
Mais de 91 dias	32.383	26.252	47.614	26.528
Total	596.538	623.694	739.718	721.297

c) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa é como segue:

	Controladora	Consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2012	(19.327)	(27.128)
Adições	(2.186)	(4.957)
Reversões	-	-
Baixas	2.217	4.132
Saldos em 30 de setembro de 2013	(19.296)	(27.953)

A composição por idade de vencimento das contas a receber de clientes e incluídas na provisão de créditos para liquidação duvidosa é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2013	31/12/2012	30/09/2013	31/12/2012
Até 30 dias	(17)	-	(213)	(315)
De 31 a 90 dias	(451)	(1.396)	(831)	(2.238)
Mais de 91 dias	(18.828)	(17.931)	(26.909)	(24.575)
Total	(19.296)	(19.327)	(27.953)	(27.128)

A despesa com a constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa foi registrada na rubrica "Despesas com vendas" na demonstração do resultado.

A exposição máxima ao risco de crédito na data das informações contábeis intermediárias trimestrais é o valor contábil de cada faixa de idade de vencimento conforme demonstrado no quadro de contas a receber de clientes por idade de vencimento. Não foi constituída provisão para perda de clientes com duplicatas em atraso e cujas dívidas já foram renegociadas e para os quais a Companhia e suas controladas possuem como garantias cartas de crédito e imóveis. Para os demais títulos em atraso, e que a companhia não mantém nenhuma outra garantia, foi constituída provisão para créditos de liquidação duvidosa.

9. Estoques

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2013	31/12/2012	30/09/2013	31/12/2012
Produtos acabados	180.154	163.931	315.188	303.476
Produtos em processo	19.404	12.272	36.308	30.413
Matérias-primas	63.283	45.263	111.521	80.090
Importações em andamento	77.422	24.536	77.422	24.536
Outros	38.803	11.376	50.376	20.658
Provisão para perdas dos estoques	(6.023)	(9.055)	(13.438)	(15.235)
Total	373.043	248.323	577.377	443.938

A movimentação da provisão para perdas nos estoques é como segue:

	Controladora	Consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2012	(9.055)	(15.235)
Adições	(5.143)	(6.310)
Reversões	-	223
Baixas/Variação cambial	8.175	7.884
Saldos em 30 de setembro de 2013	(6.023)	(13.438)

10. Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2013	31/12/2012	30/09/2013	31/12/2012
Antecipações de imposto de renda e contribuição social	15.419	17.486	16.548	19.937
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	2.346	1.001	3.062	1.444
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS	4.516	2.216	5.012	2.778
Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI	89	50	89	50
Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS a compensar	15.304	7.473	16.057	8.327
Reintegração de impostos - Brasil Maior	10.175	6.611	10.175	7.185
Imposto sobre Valor Adicionado - IVA - Alpgatas Europa	-	-	2.673	3.360
Antecipações de imposto de renda - Alpgatas S.A.I.C. – Argentina	-	-	28.159	23.401
Imposto sobre Valor Adicionado - IVA - Alpgatas S.A.I.C. – Argentina	-	-	2.403	6.880
Outros	7.404	7.740	13.566	9.399
Total	55.253	42.577	97.744	82.761
Parcela do circulante	43.137	33.968	65.004	54.461
Parcela do não circulante	12.116	8.609	32.740	28.300

11. Imposto de renda e contribuição social

a) Diferidos

		Controladora e Consolidado	
		30/09/2013	31/12/2012
Ativo:			
Controladora:			
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		6.561	6.571
Provisão para perda nos estoques		1.759	3.079
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas		7.516	7.712
Provisão para tributos com exigibilidade suspensa		30.340	26.647
Baixa do ativo diferido		10	70
Ajuste de reconhecimento de receita de vendas		7.979	2.240
Outras diferenças temporárias		5.746	3.594
Total – controladora		<u>59.911</u>	<u>49.913</u>
Controladas:			
Alpargatas S.A.I.C. - Argentina			
Provisão para "fidecomiso"		-	6.926
Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas		7.898	6.617
Imposto diferido sobre prejuízos fiscais	(iii)	22.714	13.943
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		1.414	1.713
Provisão para perda nos estoques		1.785	1.644
Outras diferenças temporárias		4.888	6.106
		<u>38.699</u>	<u>36.949</u>
Alpargatas Europe S.L.U. – Espanha:			
Prejuízos fiscais	(i)	8.080	10.681
CBS S.A. - Companhia Brasileira de Sandálias:			
Diferenças temporárias		1.489	1.308
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	(i)	-	1.371
		<u>1.489</u>	<u>2.679</u>
Impostos diferidos sobre lucros não realizados		<u>1.385</u>	<u>2.790</u>
Total – consolidado		<u>109.564</u>	<u>103.012</u>
Passivo:			
Controladora:			
Ágio na aquisição de controladas amortizado fiscalmente	(ii)	8.545	7.321
Provisão IR/CSLL sobre diferença vida útil do imobilizado (depreciação)		10.045	7.237
Provisão CSLL - 25% sobre a depreciação		2.452	2.467
Operações com instrumentos financeiros derivativos		1.105	-
Total – controladora		<u>22.147</u>	<u>17.025</u>
Controladas:			
Alpargatas S.A.I.C. – Argentina:			
Ajuste a valor presente sobre obrigações renegociadas e diferença fiscal na valorização de bens do ativo imobilizado		29.305	33.240
Alpargatas USA Inc. - Estados Unidos		-	193
		<u>29.305</u>	<u>33.433</u>
Total – consolidado		<u>51.452</u>	<u>50.458</u>
Total líquido – controladora		37.764	32.888
Total líquido – consolidado		58.112	52.554

(i) *Constituição de crédito tributário de controladas*

Alpargatas Europe S.L.U. - Espanha

Para o encerramento das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2009, a Administração, com base em estudo de viabilidade técnica aprovado pelo Conselho de Administração, decidiu pela constituição de crédito tributário diferido de imposto de renda sobre prejuízos fiscais incorridos pela controlada Alpargatas Europe S.L.U. - Espanha. Com base nas projeções de lucros tributáveis futuros da controlada, a partir de 2011, a Administração, observando os requerimentos do pronunciamento técnico CPC 32/IAS 12 - Tributos sobre o Lucro, decidiu pela constituição do crédito tributário diferido, o qual possui previsão de realização até 2015. De acordo com a legislação fiscal espanhola os prejuízos fiscais possuem prazo máximo de prescrição de 18 anos a partir da data de sua geração.

CBS S.A. - Companhia Brasileira de Sandálias

Em junho de 2010, a CBS S.A. - Companhia Brasileira de Sandálias constituiu crédito tributário sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social, em virtude da perspectiva de geração futura de lucro tributável, conforme previsões do pronunciamento técnico CPC 32/IAS 12..

(ii) *Ágio na aquisição de controladas amortizado fiscalmente*

Devido à revogação da prática contábil de amortização de ágio gerado na aquisição de controladas, conforme as alterações nas práticas contábeis adotadas no Brasil promovidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, a partir de 1º de janeiro de 2009 a Companhia passou a aproveitar o benefício fiscal do ágio gerado na aquisição da controlada CBS S.A. – Companhia Brasileira de Sandálias, após incorporação da ex-controlada Atlântico Participações S.A., através do Regime Tributário de Transição - RTT, cujo efeito estava sendo anteriormente compensado à razão de 1/60 avos mensais, com valor de amortização mensal de R\$400, o qual vem gerando um impacto tributário de R\$136 ao mês. Para isso, conforme requerido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, a diferença entre a base para aproveitamento fiscal e amortização contábil está sendo considerada como uma diferença temporária para fins de Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL diferidos, cujos efeitos estão sendo registrados no passivo não circulante.

(iii) *Constituição de crédito tributário gerado de reorganização societária*

Em junho de 2012, a Alpargatas S.A.I.C. – Argentina constituiu crédito tributário no valor de R\$11.837 gerado por incorporação de controladas, conforme descrito na nota explicativa nº 1.3.

Os créditos tributários diferidos no consolidado possuem os seguintes prazos estimados de realização:

	<u>30/09/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
2013 (três meses)	9.647	23.536
2014	12.639	17.027
2015	18.792	7.435
2016 em diante	68.486	55.014
Total – consolidado	<u>109.564</u>	<u>103.012</u>

Em 30 de setembro de 2013, a Companhia possuía créditos tributários não constituídos sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias não reconhecidos nas informações contábeis intermediárias

trimestrais consolidadas, gerados por suas controladas no exterior, que, devido à ausência de projeções de lucros tributáveis para os próximos exercícios, não foram registrados pelas respectivas controladas no exterior.

Os valores dos créditos tributários, calculados às alíquotas vigentes nos respectivos países onde se situam as controladas, são demonstrados conforme a seguir:

	<u>R\$</u>
Diferenças temporárias totais	176
Prejuízos fiscais:	
Alpargatas USA Inc. - Estados Unidos	58.584
Alpargatas France S.A.R.L. - França	<u>105</u>
Total	<u>58.865</u>

Os créditos tributários sobre os prejuízos fiscais gerados pelas controladas não possuem prazo para serem compensados (data de expiração).

A movimentação dos saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos, ativos e passivos para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2013 e exercício findo em 31 de dezembro de 2012 é demonstrada a seguir:

	<u>31/12/2012</u>	<u>(Debitado) creditado à demonstração do resultado</u>	<u>Varição cambial, encargos e outros movimentos</u>	<u>30/09/2013</u>
Ativo:				
Controladora:				
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	6.571	(10)	-	6.561
Provisão para perdas nos estoques	3.079	(1.320)	-	1.759
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	7.712	(196)	-	7.516
Provisão para tributos com exigibilidade suspensa	26.647	3.693	-	30.340
Baixa do ativo diferido	70	(60)	-	10
Ajuste de reconhecimento de receita de vendas	2.240	5.739	-	7.979
Outras diferenças temporárias	<u>3.594</u>	<u>2.152</u>	-	<u>5.746</u>
Total – controladora	<u>49.913</u>	<u>9.998</u>	-	<u>59.911</u>
Controladas:				
Alpargatas S.A.I.C. - Argentina:				
Provisão para “fidecomiso”	6.926	(6.603)	(323)	-
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	6.617	1.845	(564)	7.898
Imposto diferido sobre prejuízos fiscais	13.943	10.212	(1.441)	22.714
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.713	(178)	(121)	1.414
Provisão para perda nos estoques	1.644	274	(133)	1.785
Outras diferenças temporárias	<u>6.106</u>	<u>(207)</u>	<u>(1.011)</u>	<u>4.888</u>
	<u>36.949</u>	<u>5.343</u>	<u>(3.593)</u>	<u>38.699</u>
Alpargatas Europe S.L.U. – Espanha	<u>10.681</u>	<u>(3.622)</u>	1.021	8.080
CBS S.A. - Companhia Brasileira de Sandálias:				
Diferenças temporárias	1.308	181	-	1.489
Prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social	<u>1.371</u>	<u>(1.371)</u>	-	-
	<u>2.679</u>	<u>(1.190)</u>	-	<u>1.489</u>

	31/12/2012	(Debitado) creditado à demonstração do resultado	Variação cambial, encargos e outros movimentos	30/09/2013
Impostos diferidos sobre lucros não realizados	2.790	(1.405)	-	1.385
Total – consolidado	103.012	9.124	(2.572)	109.564
Passivo:				
Controladora:				
Ágio na aquisição de controladas amortizado fiscalmente	7.321	1.224	-	8.545
Provisão IR/CSLL sobre diferença vida útil do imobilizado (depreciação)	7.237	2.808	-	10.045
Provisão CSLL – 25% sobre a depreciação	2.467	(15)	-	2.452
Operações com instrumentos financeiros derivativos	-	8.543	(7.438)	1.105
Total – controladora	17.025	12.560	(7.438)	22.147
Controladas:				
Alpargatas S.A.I.C. – Argentina:				
Ajuste a valor presente sobre obrigações negociadas e diferença fiscal na valorização de bens do ativo imobilizado	33.240	(1.528)	(2.407)	29.305
Alpargatas USA Inc. - Estados Unidos	193	-	(193)	-
	33.433	(1.528)	(2.600)	29.305
Total – consolidado	50.458	11.032	(10.038)	51.452
Total líquido – controladora		(2.562)		
Total líquido – consolidado		(1.908)		

	31/12/2011	(Debitado) creditado à demonstração do resultado	Variação cambial, encargos e outros movimentos	30/09/2012
Ativo:				
Controladora:				
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	5.636	223	-	5.859
Provisão para perda nos estoques	1.469	1.463	-	2.932
Provisão para contingências	8.050	136	-	8.186
Provisão para tributos com exigibilidade suspensa	20.853	4.170	-	25.023
Baixa do ativo diferido	601	(429)	-	172
Ajuste de reconhecimento de receita de vendas	3.721	6.628	-	10.349
Outras diferenças temporárias	6.508	(1.546)	-	4.962
Total – controladora	46.838	10.645	-	57.483
Controladas:				
Alpargatas S.A.I.C. – Argentina				
Provisão para “Fidecomiso”	7.259	-	(55)	7.204
Provisão para riscos fiscais e trabalhistas	7.253	832	(58)	8.027
Imposto diferido sobre prejuízos fiscais	4.896	10.041	(74)	14.863
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.660	(154)	(12)	1.494
Provisão para perda nos estoques	1.693	(327)	(12)	1.354
Outras diferenças temporárias	3.975	1.324	(30)	5.269
	26.736	11.716	(241)	38.211

	31/12/2011	(Debitado) creditado à demonstração do resultado	Variação cambial, encargos e outros movimentos	30/09/2012
Alpargatas Europe S.L.U – Espanha	9.750	(2.086)	352	8.016
CBS - Companhia Brasileira de Sandálias:				
Diferenças temporárias totais	1.816	(8)	-	1.808
Prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social	3.376	(1.729)	1	1.648
	<u>5.192</u>	<u>(1.737)</u>	<u>1</u>	<u>3.456</u>
Lucros não realizados nos estoques	1.035	1.685	15	2.735
Total – consolidado	<u>89.551</u>	<u>20.223</u>	<u>127</u>	<u>109.901</u>
Passivo:				
Controladora:				
Ágio amortizado na aquisição de controladas	5.690	1.019	-	6.709
Provisão IR/CSLL sobre diferença vida útil do imobilizado (depreciação)	-	1.902	-	1.902
Pagamento CSLL – 25% sobre a depreciação	-	2.467	-	2.467
Total – controladora	<u>5.690</u>	<u>5.388</u>	<u>-</u>	<u>11.078</u>
Controladas:				
Alpargatas S.A.I.C. – Argentina:				
Obrigações negociadas e valorização do ativo imobilizado	38.617	(2.910)	259	35.966
Total – consolidado	<u>44.307</u>	<u>2.478</u>	<u>259</u>	<u>47.044</u>
Total líquido – controladora		5.257		
Total líquido – consolidado		17.745		

b) Correntes

Reconciliação do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2013	30/09/2012	30/09/2013	30/09/2012
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	261.889	227.709	268.449	223.056
Alíquota combinada de imposto de renda e contribuição social	34%	34%	34%	34%
Expectativa de despesa de imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal vigente	(89.042)	(77.421)	(91.273)	(75.839)
Resultado de equivalência patrimonial	4.351	4.251	(3.013)	(3.333)
Benefício dos juros sobre o capital próprio	21.522	21.760	21.522	21.760
Efeitos tributários da adoção do RTT:				
Subvenção para investimento – ICMS	31.424	32.113	33.431	34.069
Outorgas de opções de compra de ações	(641)	(440)	(641)	(440)
Subvenção fiscal federal - IRPJ (nota explicativa nº 6)	8.275	5.894	11.761	5.894
Aproveitamento de crédito tributário de controlada não constituído em anos anteriores	-	-	-	(3.920)
Alienação de Marca - Argentina	-	-	-	1.746
Crédito tributário constituído/(revertido) por incorporação na controlada Alpargatas S.A.I.C. - Argentina	-	-	(1.853)	11.837
Outras exclusões (adições) permanentes, líquidas	(418)	(203)	(1.271)	(564)
Despesa com imposto de renda e contribuição social	(24.529)	(14.046)	(31.337)	(8.790)
Correntes	(21.967)	(19.303)	(29.429)	(26.535)
Diferidos	(2.562)	5.257	(1.908)	17.745

12. Depósitos judiciais

Representam ativos restritos da Companhia e de suas controladas e estão relacionados a quantias depositadas e mantidas em juízo até a solução dos litígios a que estão relacionados.

Em 30 de setembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012, os saldos são representados basicamente por depósitos judiciais relativos a ações trabalhistas e processos tributários. Tais depósitos, que não envolvem obrigações correntes, foram necessários para dar andamento aos processos. Na opinião da Administração e de seus assessores jurídicos, a probabilidade de perda não é considerada como provável e, portanto, não foi constituída provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas.

Estão representados como segue:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2013	31/12/2012	30/09/2013	31/12/2012
Processos tributários	6.571	6.571	6.681	6.681
Processos cíveis	-	-	20	20
Reclamações trabalhistas	5.214	5.114	5.476	5.502
	<u>11.785</u>	<u>11.685</u>	<u>12.177</u>	<u>12.203</u>

13. Investimentos

Os investimentos em controladas e coligadas estão representados como segue:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2013	31/12/2012	30/09/2013	31/12/2012
Investimentos	224.906	208.815	43.153	33.369
Ágio	299.103	150.130	148.973	-
	<u>524.009</u>	<u>358.945</u>	<u>192.126</u>	<u>33.369</u>

	Controladas						Empreendimento controlado em conjunto	
	Fibrasil Agrícola e Comercial Ltda.	Alpargatas Internacional APS - Dinamarca	Alpargatas Imobiliária S.A.	CBS S.A. - Companhia Brasileira de Sandálias	Alpargatas S.A.I.C. - Argentina	Total de Controladas	Terras de Avent. Ind. de Art. Esportivos S.A. - Osklen	Total
Informações em 30 de setembro de 2013								
Número de ações ou cotas possuídas	5.978.751	45.837.793	5.585.855	750.645	66.616.002		25.457.301	
Total do ativo circulante	397	66.796	7.437	92.602	309.454		101.310	
Total do ativo não circulante	5.981	55.378	3.000	20.685	134.946		43.276	
Total do passivo circulante	-	129.451	-	21.615	246.026		62.987	
Total do passivo não circulante	-	3.288	-	726	78.763		25.705	
Capital social	5.979	138.940	8.766	20.848	27.004		84.858	
Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	6.378	(10.565)	10.437	90.946	119.611		55.894	
Lucro não realizado nos estoques	-	(2.673)	-	(41)	25		-	
		(13.238)		90.905	119.636			
Receita líquida do período de nove meses		195.562	60	109.690	444.735			
Lucro líquido (prejuízo) do período de nove meses	(349)	3.465	723	23.974	(18.001)			
Participação - %	100,00	100,00	100,00	100,00	95,00		30,00	
Valor contábil dos investimentos:								
Saldo em 31 de dezembro de 2012	2.351	(21.091)	18.714	66.849	141.992	208.815	-	208.815
Aumento de capital	4.822	816	-	-	-	5.638	-	5.638
Aquisição	-	-	-	-	4.704	4.704	16.417	21.121
Venda de ações	-	-	-	-	(6.333)	(6.333)	-	(6.333)
Deságio	(488)	-	-	-	-	(488)	-	(488)
Distribuição de dividendos	-	-	(9.000)	-	-	(9.000)	-	(9.000)
Resultado de equivalência patrimonial	(349)	5.350	723	24.056	(17.335)	12.445	351	12.796
Variação cambial dos investimentos	42	1.687	-	-	(9.372)	(7.643)	-	(7.643)
Saldo em 30 de setembro de 2013	6.378	(13.238)	10.437	90.905	113.656	208.138	16.768	224.906

	Controladas						
	Fibrasil Agrícola e Comercial Ltda.	Alpargatas Internacional APS - Dinamarca	Alpargatas Imobiliária S.A.	CBS S.A. - Companhia Brasileira de Sandálias	Alpargatas S.A.I.C. - Argentina	Alpargatas Chile Ltda. - Chile	Total de Controladas
Informações em 30 de setembro de 2012							
Número de ações ou cotas possuídas	1.157.111	30.393.854	5.585.855	750.645	67.611.095	-	
Total do ativo circulante	2.324	55.155	15.486	78.064	271.509	-	
Total do ativo não circulante	-	94.960	3.000	21.680	132.653	-	
Total do passivo circulante	-	159.484	-	27.928	135.097	-	
Total do passivo não circulante	-	1.708	-	2.467	114.503	-	
Capital social	1.157	79.973	8.766	20.848	30.342	-	
Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	2.324	(11.077)	18.486	69.349	154.562	-	
Lucro não realizado nos estoques	-	(4.985)	-	(151)	(174)	-	
		(16.062)		69.198	154.388		
Receita líquida do período de nove meses	-	143.298	60	97.064	396.157	-	
Lucro líquido (prejuízo) do período de nove meses	102	(13.053)	652	14.594	13.796	106	
Participação - %	100,00	100,00	100,00	100,00	96,42	100,00	
Valor contábil dos investimentos:							
Saldo em 31 de dezembro de 2011	2.222	2.175	17.834	54.755	130.162	(106)	207.042
Aumento de capital	-	96	-	-	1.156	-	1.252
Baixa de operação de investimentos	-	-	-	-	-	(467)	(467)
Aquisição de ações	-	-	-	-	6.236	-	6.236
Resultado de equivalência patrimonial	102	(16.013)	652	14.442	13.214	106	12.503
Variação cambial dos investimentos	-	(2.319)	-	-	(1.914)	467	(3.766)
Saldo em 30 de setembro de 2012	2.324	(16.061)	18.486	69.197	148.854	-	222.800

Em 30 de setembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012 o ágio em controladas e coligadas é composto como segue:

	Controladas				Empreendimento controlado em conjunto	
	CBS S.A. - Companhia Brasileira de Sandálias	Atlântico Participações S.A.	Alpargatas S.A.I.C. - Argentina	Total de Controladas	Terras de Avent. Ind. de Art. Esportivos S.A. - Osklen	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2012	11.498	42.364	96.268	150.130	-	150.130
Saldo em 30 de setembro de 2013	11.498	42.364	96.268	150.130	148.973	299.103

Investimentos indiretos através da empresa “holding” Alpargatas Internacional APS

	Controladas Indiretas						Coligada		
	Alpargatas Europe S.L.U. - Espanha	Alpargatas France S.A.R.L. - França	Alpargatas UK Limited - Reino Unido	Alpargatas Itália S.R.L. - Itália	Alpargatas Portugal Limited - Portugal	Alpargatas USA Inc. - Estados Unidos	Total controladas indiretas	Grupo Tavex S.A.	Total
Informações em 30 de setembro de 2013									
Número de ações ou cotas possuídas	100.000	5.000	1	1	2	10		21.683.180	
Total do ativo circulante	40.039	1.793	2.622	1.595	1.301	18.966		656.473	
Total do ativo não circulante	11.078	2.328	964	1.433	1.710	4.360		820.778	
Total do passivo circulante	25.486	4.168	1.973	2.440	2.105	93.236		1.035.039	
Total do passivo não circulante	32.783	-	-	-	-	182		301.007	
Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	(7.152)	(47)	1.613	588	906	(70.092)		141.205	
Receita líquida do período de nove meses	130.584	4.563	6.947	4.784	3.279	45.405		827.373	
Lucro líquido (prejuízo) do período de nove meses	16.678	221	1.121	407	528	(4.730)		(49.301)	
Participação - %	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00		18,687	
Valor contábil dos investimentos:									
Saldo em 31 de dezembro de 2012	(24.189)	(255)	348	132	299	(60.178)	(83.843)	33.369	(50.474)
Resultado da equivalência patrimonial	16.678	221	1.121	407	528	(4.730)	14.225	(9.213)	5.012
Variação cambial dos investimentos	359	(13)	144	49	79	(5.184)	(4.566)	2.231	(2.335)
Saldo em 30 de setembro de 2013	(7.152)	(47)	1.613	588	906	(70.092)	(74.184)	26.387	(47.797)

Informações em 30 de setembro de 2012	Controladas Indiretas						Coligada		Total
	Alpargatas Europe S.L.U. - Espanha	Alpargatas France S.A.R.L. - França	Alpargatas UK Limited - Reino Unido	Alpargatas Itália S.R.L. - Itália	Alpargatas Portugal Limited - Portugal	Alpargatas USA Inc. - Estados Unidos	Total controladas indiretas	Grupo Tavex S.A.	
Número de ações ou cotas possuídas	100.000	5.000	1	1	2	10		21.683.180	
Total do ativo circulante	30.681	1.063	1.658	716	925	19.868		670.236	
Total do ativo não circulante	10.829	2.344	501	1.509	37	4.742		964.826	
Total do passivo circulante	18.225	4.712	1.434	2.151	664	121.697		878.754	
Total do passivo não circulante	36.837	-	-	-	-	166		396.020	
Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	(13.552)	(1.305)	725	74	298	(97.253)		360.288	
Receita líquida do período de nove meses	99.244	3.146	3.250	2.905	1.134	33.619		845.729	
Lucro líquido (prejuízo) do período de nove meses	9.505	(495)	552	(13)	127	(11.397)		(52.455)	
Participação - %	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00		18,687	
Valor contábil dos investimentos:									
Saldo em 31 de dezembro de 2011	(22.472)	(726)	125	(15)	152	(79.087)	(102.023)	74.267	(27.756)
Aumento /Integralização do capital	96	-	-	-	-	-	96	-	96
Resultado de equivalência patrimonial	9.506	(495)	552	(13)	127	(11.397)	(1.720)	(9.802)	(11.522)
Variação cambial dos investimentos	(682)	(84)	48	102	19	(6.769)	(7.366)	2.862	(4.504)
Saldo em 30 de setembro de 2012	(13.552)	(1.305)	725	74	298	(97.253)	(111.013)	67.327	(43.686)

Investimentos indiretos através da empresa Fibrasil Agrícola e Comercial Ltda.

	Coligada Alpargatas S.A.I.C. - Argentina
<u>Informações em 30 de setembro de 2013</u>	
Número de ações ou cotas possuídas	3.506.106
Total do ativo circulante	309.454
Total do ativo não circulante	134.946
Total do passivo circulante	246.026
Total do passivo não circulante	78.763
Capital social	27.004
Patrimônio líquido	119.611
Receita líquida do período de nove meses	444.735
Lucro líquido (prejuízo) do período de nove meses	(18.001)
Participação - %	5,00
Valor contábil dos investimentos:	
Saldo em 31 de dezembro de 2012	-
Aquisição de ações	6.821
Deságio	(488)
Resultado de equivalência patrimonial	(394)
Variação cambial dos investimentos	42
Saldo em 30 de setembro de 2013	<u>5.981</u>

Informações adicionais sobre controladas

Fibrasil Agrícola Comercial Ltda.

Em 10 de abril de 2013, a Companhia assinou um contrato de compra e venda de ações, onde foram vendidas a controlada Fibrasil Agrícola Comercial Ltda., 1.024.936 da Alpargatas S.A.I.C. – Argentina, pelo valor total de R\$ 2.000.

Na mesma data, foi aprovado o aumento de capital da Fibrasil Agrícola Comercial Ltda., no valor de R\$4.822 com a utilização de 2.478.170 ações ordinárias da Alpargatas S.A.I.C. – Argentina.

O capital total da Fibrasil Agrícola Comercial Ltda. passou de R\$1.157 para R\$5.979, composto por 5.978.752 quotas no valor nominal de R\$1,00 cada uma.

Alpargatas S.A.I.C. ("Alpargatas Argentina")

Em continuidade ao processo de compra da participação minoritária, em abril de 2011, a Companhia adquiriu mais 11.483.857 ações e pelo valor de AR\$8,71 (oito pesos e setenta e um centavos) por ação. Essas ações somadas às 49.569.771 ações de sua titularidade perfizeram o total de 61.053.628 ações que representam 87,067% do capital total da Alpargatas S.A.I.C. – Argentina. Os valores do investimento e do ágio pagos nesta aquisição foram desdobrados contabilmente nos montantes de R\$20.242 e R\$18.999, respectivamente.

Em julho de 2011, a Companhia adquiriu mais 3.073.205 ações e pelo valor de US\$1,98 (um dólar e noventa e oito centavos) por ação, as quais, somadas às 61.053.628 ações já de sua

titularidade, perfizeram o total de 64.126.833 ações que representam 91,4502% do capital total da Alpargatas S.A.I.C. – Argentina. A contraprestação paga nesta aquisição foi desdobrada contabilmente nos montantes de R\$5.267 de custo de aquisição e R\$4.285 de ágio, respectivamente.

O valor total das duas aquisições ocorridas em 2011 somou R\$ 23.509 de compra de participação minoritária e R\$ 23.284 de ágio.

Adicionalmente, dando continuidade ao processo de aquisição da integridade das ações em circulação da controlada, em 11 de outubro de 2011 a Companhia protocolou junto a Comisión Nacional de Valores - CNV da Argentina, pedido de registro de oferta pública de aquisição voluntária de ações - OPA, para aquisição da totalidade de ações ordinárias escriturais e ações preferenciais da Alpargatas S.A.I.C. - Argentina em circulação, pelo valor de AR\$8,14 por ação.

Em março de 2012, a Comisión Nacional de Valores da Argentina (“CNV”) aprovou o referido pedido.

Em maio de 2012, a Companhia adquiriu mais 2.971.857 ações e pelo valor de AR\$8,14 (oito pesos e quatorze centavos) por ação, as quais, somadas às 64.126.833 ações já de sua titularidade, perfizeram o total de 67.098.690 ações que representam 95,69% do capital total da Alpargatas S.A.I.C. – Argentina. A contraprestação paga nesta aquisição foi desdobrada contabilmente nos montantes de R\$6.236 de custo de aquisição e R\$4.634 de ágio.

Em julho de 2012, a Companhia adquiriu mais 512.405 ações e pelo valor de AR\$8,14 (oito pesos e quatorze centavos) por ação, as quais, somadas às 67.098.690 ações já de sua titularidade, perfizeram o total de 67.611.095 ações que representam 96,42% do capital total da Alpargatas S.A.I.C. – Argentina. A contraprestação paga nesta aquisição foi desdobrada contabilmente nos montantes de R\$1.156 de custo de aquisição e R\$725 de ágio.

Em 25 de julho de 2012, a Companhia divulgou fato relevante informando aos acionistas e ao mercado em geral que protocolará, junto a *Comisión Nacional de Valores - CNV* da Argentina, Declaração de Aquisição e Implementação de Oferta de Participações Residuais da totalidade das ações ordinárias e preferenciais da Alpargatas S.A.I.C. - Argentina que estejam em circulação, pelo valor de AR\$8,14 (oito pesos argentinos e catorze centavos) por ação.

Em 19 de março de 2013, a Companhia divulgou fato relevante informando que foi aprovada, pela *Comisión Nacional de Valores - CNV* da Argentina, a Declaração de Aquisição e Implementação de Oferta de Participações Residuais da totalidade das ações ordinárias e preferenciais da Alpargatas S.A.I.C. – Argentina que estavam em circulação, a um preço de AR\$8,14 por ação. Dessa forma, a Companhia passou a deter 100% do capital social da Alpargatas S.A.I.C. - Argentina a contraprestação paga nesta aquisição foi desdobrada contabilmente nos montantes de R\$4.704 de custo de aquisição e R\$3.392 de ágio.

Em 11 de abril de 2013, a Alpargatas Argentina retirou-se da Bolsa de Valores de Buenos Aires, passando a ser uma empresa de capital fechado, controlada integralmente pela Alpargatas S.A..

CBS S.A. - Companhia Brasileira de Sandálias

Em 20 de setembro de 2007, a Companhia assinou um contrato de compra e venda de ações com a totalidade dos acionistas da CBS S.A. - Companhia Brasileira de Sandálias, proprietária da marca “Dupé”, entre outras.

Em novembro de 2007, a Companhia adquiriu, por R\$49.500, 100% das ações representativas do capital social da CBS S.A. - Companhia Brasileira de Sandálias, que tinha

21,89% do seu capital detido por pessoas físicas e 78,11% por empresa "holding", denominada Atlântico Participações S.A.

Em 15 de abril de 2008, a Companhia incorporou a "holding" Atlântico Participações S.A., passando a deter diretamente os 100% de participação na CBS S.A. - Companhia Brasileira de Sandálias.

Informações adicionais de coligadas

Grupo Tavex S.A.

Embora a Companhia detenha uma participação indireta de 18,687%, a Administração classifica o investimento como sendo uma coligada, para a qual é mantida influência nas decisões, através da manutenção de um assento no Conselho de Administração na Espanha. Assim sendo, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia vem avaliando o investimento de acordo com o método de equivalência patrimonial.

A coligada Grupo Tavex S.A. vem passando por reestruturações operacionais visando ganhar competitividade e rentabilidade. Em 2012, a Administração da coligada revisou o plano financeiro da companhia de forma a adequá-lo a um cenário mais provável de geração de resultados considerando a situação econômica atual. Essa revisão indicou, entre outros fatores, que a Companhia não produzirá lucros tributáveis futuros suficientes para a que a utilização de seu ativo fiscal diferido seja plena. Assim, constatou-se à necessidade de se ajustar a conta de ativos fiscais diferidos, o que, aliado a um resultado operacional negativo, resultou numa equivalência patrimonial negativa na Alpargatas S.A. de R\$42.864 no exercício findo em 31 de dezembro de 2012.

Os auditores independentes do Grupo Tavex S.A. emitiram relatório de auditoria datado de 27 de fevereiro de 2013 enfatizando o processo de reestruturação que a coligada vem passando, que os respectivos custos de implementação, juntamente com a evolução da situação econômica e do consumo, têm dificultado o alcance dos níveis de atividade previstos pela Administração da coligada, bem como têm contribuído para a geração de prejuízos nos últimos exercícios. Além do ajuste significativo no resultado do exercício de 2012 em relação ao esperado, os auditores enfatizaram que, em 31 de dezembro de 2012, o Grupo Tavex S.A. tem um déficit de capital de giro de 114 milhões de euros. Neste contexto, os auditores independentes do Grupo Tavex S.A. indicaram a existência de uma incerteza significativa sobre a capacidade da coligada para financiar e continuar suas operações e que a Administração da coligada revisou seu plano de negócios para adaptá-lo às circunstâncias atuais e previstas nos mercados em que eles atuam, desprendendo-se do mesmo que as operações do Grupo nos próximos exercícios alcançariam a necessária rentabilidade. Destacaram os auditores que, adicionalmente, a Administração da coligada está tomando medidas oportunas para poder cumprir o calendário de renovação dos empréstimos bancários de curto prazo, para obter o apoio financeiro necessário e para realizar certos ativos imobiliários que o Grupo tem disponível para venda.

Em 31 de dezembro de 2012 a Administração da Alpargatas considerou os ajustes efetuados pela Coligada e avaliou que o valor contábil dos seus investimentos será recuperado e que não havia evidências de perda adicional. Considerando os fatos e circunstâncias verificadas no terceiro trimestre de 2013, a Administração da Companhia entende que a avaliação feita em 2012 continua apropriada.

Terras de Aventura Indústria de Artigos Esportivos S.A.

Em 4 de março de 2013, a Companhia adquiriu 30% do capital de Terras de Aventura Indústria de Artigos Esportivos S.A. ("Osklen"), representando a decisão da Alpargatas de entrar no segmento de moda através de uma marca *premium* e com os mesmos valores da Alpargatas, como inovação, modernidade e interação com seu público. A Osklen é uma rede varejista de moda *premium* sediada no Estado do Rio de Janeiro com 65 lojas no Brasil e 6 no exterior.

O valor da aquisição deve ser pago pela Alpargatas em duas parcelas, tendo a primeira sido paga em 4 de março de 2013 no valor de R\$67.500, data do fechamento do negócio, e a segunda, correspondente a diferença entre o valor da aquisição e a primeira parcela, a ser paga em até cinco dias úteis após a determinação do valor total de aquisição, o que deverá ocorrer em abril de 2014.

O valor total desta aquisição será o resultado equivalente ao percentual adquirido (30%), multiplicado por 13 vezes o EBITDA efetivo da "Osklen" no período compreendido entre 1º de março de 2013 e 28 de fevereiro de 2014, descontada a dívida líquida.

A contabilização da participação da Companhia no valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis e do ágio nas informações intermediárias foi feita com base em avaliação preliminar do valor justo, uma vez que a apuração do mesmo ainda não havia sido concluída quando da aprovação das informações intermediárias pela Administração.

O valor justo provisório dos ativos e passivos identificáveis da Osklen na data da aquisição é como segue:

	Base da aquisição – 28/02/2013
Ativos circulantes	23.898
Ativos não circulantes	9.352
Passivos circulantes	(10.692)
Passivos não circulantes	(6.141)
Valor justo provisório da participação nos ativos líquidos identificáveis	16.417
Preço de aquisição estimado	165.390
Ágio	148.973
Valor pago em 20/03/13	67.500
Valor a pagar em abril de 2014	97.890
	165.390

Para estimar o preço de aquisição total, a Companhia projetou o EBITDA da Osklen com base em premissas de mercado.

O investimento na Osklen é mensurado usando-se o método da equivalência patrimonial por estar classificado como investimento controlado em conjunto. A data de reporte das demonstrações financeiras da Osklen é coincidente com a da controladora. As informações da Osklen em 30 de setembro de 2013 são como segue:

	30/09/2013
Caixa e equivalentes de caixa	11.757
Outros ativos circulantes	89.553
Ativos circulantes	101.310
Ativos não circulantes	43.276
Ativo total	144.586
Passivos financeiros circulantes	11.075
Outros passivos circulantes	51.912
Passivos circulantes	62.987
Passivos financeiros não circulantes	25.705
Outros passivos não circulantes	-
Passivo total	88.692
Patrimônio líquido	55.894

	7 meses findos em 30/09/2013
Receita líquida	91.249
Custo dos produtos vendidos	(33.042)
Despesas com vendas	(22.720)
Despesas administrativas	(25.399)
Depreciação e amortização	(1.185)
Resultado de equivalência patrimonial	(3.050)
Outras despesas/receitas operacionais	(1.593)
Resultado financeiro	(2.258)
Imposto de renda e contribuição social	(830)
Lucro líquido	1.172

Não existem compromissos não reconhecidos que podem dar origem a uma saída futura de caixa ou de outros recursos.

A Companhia tem contratada a opção de compra para a aquisição de 30% adicionais do capital da Osklen por um período de 60 (sessenta) dias após o pagamento da 2ª parcela, pelo mesmo valor do preço de aquisição. O valor justo dessa opção não é relevante considerando que o exercício da mesma é com base no próprio valor justo da Osklen.

14. Imobilizado e intangível

a) Imobilizado

		Controladora					
		30/09/2013			31/12/2012		
	Taxa média ponderada anual de depreciação (%)	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Custo	Depreciação acumulada	Líquido
Terrenos	-	9.650	-	9.650	9.650	-	9.650
Edifícios e construções	4	241.203	(63.842)	177.361	124.539	(61.031)	63.508
Máquinas e equipamentos	8	252.758	(134.898)	117.860	216.122	(131.384)	84.738
Móveis e utensílios	10	31.623	(14.547)	17.076	28.696	(12.622)	16.074
Veículos	15	3.689	(2.273)	1.416	3.283	(2.209)	1.074
Benfeitorias em imóveis de terceiros	20	29.296	(11.804)	17.492	23.701	(9.287)	14.414
Projetos em andamento	-	132.339	-	132.339	174.866	-	174.866
Outros investimentos	-	545	-	545	545	-	545
Provisão para perdas	-	(954)	-	(954)	(1.099)	-	(1.099)
Terrenos – Subv. Governamental	-	(847)	-	(847)	(847)	-	(847)
Total		699.302	(227.364)	471.938	579.456	(216.533)	362.923

		Consolidado					
		30/09/2013			31/12/2012		
	Taxa média ponderada anual de depreciação (%)	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Custo	Depreciação acumulada	Líquido
Terrenos	-	14.132	-	14.132	14.503	-	14.503
Edifícios e construções	4	407.263	(166.950)	240.313	312.327	(182.988)	129.339
Máquinas e equipamentos	8	469.473	(305.653)	163.820	474.616	(340.123)	134.493
Móveis e utensílios	10	85.352	(60.298)	25.054	82.519	(60.619)	21.900
Veículos	15	5.927	(4.178)	1.749	5.547	(4.195)	1.352
Benfeitorias em imóveis de terceiros	20	37.752	(17.026)	20.726	28.692	(12.435)	16.257
Projetos em andamento	-	143.879	-	143.879	188.421	-	188.421
Outros investimentos	-	3.557	-	3.557	4.384	-	4.384
Provisão para perdas	-	(14.303)	-	(14.303)	(15.433)	-	(15.433)
Terrenos – Subv. Governamental	-	(847)	-	(847)	(847)	-	(847)
Total		1.152.185	(554.105)	598.080	1.094.729	(600.360)	494.369

Informações adicionais sobre o imobilizado

(i) Revisão da vida útil dos bens do ativo imobilizado

A Administração da Companhia e de suas controladas não alterou a vida útil-econômica remanescente dos bens do ativo imobilizado, para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2013, devido à ausência de alterações significativas nas condições de utilização dos bens do ativo imobilizado.

(ii) Bens dados em garantia e penhora

Em 30 de setembro de 2013, a Companhia e suas controladas possuíam bens do imobilizado dados como penhora e aval em defesa de processos judiciais, conforme demonstrado a seguir:

	R\$
Máquinas e equipamentos	94

(iii) Teste de redução ao valor recuperável dos ativos

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos da controladora e de suas controladas com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. A revisão mais recente ocorreu para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012 e concluiu que não havia indícios de redução do valor recuperável dos ativos. Para o período de nove meses findos em 30 de setembro de 2013, não foram identificados novos fatores relevantes que pudessem alterar a conclusão obtida.

b) Intangível

		Controladora					
		30/09/2013			31/12/2012		
Taxa anual de amortização (%)		Custo	Amortização acumulada	Líquido	Custo	Amortização acumulada	Líquido
Com vida útil definida:							
Marcas, direitos e patentes	10	17.849	(17.652)	197	17.849	(17.652)	197
Sistemas de gestão empresarial (iv)	5-10	125.857	(71.998)	53.859	124.480	(60.504)	63.976
Carteira de clientes (i)	20	27.311	(24.960)	2.351	27.311	(20.729)	6.582
Sem vida útil definida:							
Projetos em andamento		7.821	-	7.821	2.505	-	2.505
Cessão de direitos comerciais (iii)	-	4.257	(194)	4.063	4.257	(194)	4.063
Total	10	183.095	(114.804)	68.291	176.402	(99.079)	77.323

	Taxa anual de amortização (%)	Consolidado					
		30/09/2013			31/12/2012		
		Custo	Amortização acumulada	Líquido	Custo	Amortização acumulada	Líquido
Com vida útil definida:							
Marcas, direitos e patentes	10	25.988	(17.974)	8.014	25.988	(17.652)	8.336
Sistemas de gestão empresarial (iv)	10	131.382	(76.533)	54.849	129.889	(65.086)	64.803
Cessão de direitos comerciais (iii)	-	6.450	(1.616)	4.834	3.424	(194)	3.230
Carteira de clientes (i)	20	31.089	(24.960)	6.129	31.571	(20.729)	10.842
Sem vida útil definida:							
Ágio na aquisição de controladas (ii)	-	150.130	-	150.130	150.130	-	150.130
Projetos em andamento	-	7.821	-	7.821	2.505	-	2.505
Cessão de direitos comerciais (iii)	-	4.257	(194)	4.063	4.063	-	4.063
Total	-	<u>357.117</u>	<u>(121.277)</u>	<u>235.840</u>	<u>347.570</u>	<u>(103.661)</u>	<u>243.909</u>

- (i) Refere-se aos valores pagos na aquisição das carteiras de clientes de ex-representantes comerciais da Companhia (que comercializavam substancialmente sandálias "Havaianas") em determinados países da Europa, para os quais a Companhia passou a atuar através de suas controladas indiretas localizadas na Europa. Os custos estão sendo amortizados linearmente de acordo com o prazo do fluxo de caixa futuro estimado pela Administração da Companhia, de cinco anos. Em 30 de setembro de 2013, devido a indicativos de que a Companhia obterá os benefícios futuros esperados, conforme projeções econômicas efetuadas pela Administração da Companhia, nenhuma provisão para desvalorização por "impairment" foi constituída sobre esses saldos.
- (ii) Vide composição na nota explicativa nº 13. Considerando as alterações contábeis promovidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, a partir de 1º de janeiro de 2009 o saldo do ágio existente em 31 de dezembro de 2008 deixou de ser amortizado, passando a ter sua realização testada anualmente por "impairment". Nesse sentido, a partir de 1º de janeiro de 2009, o benefício fiscal do ágio na incorporação da ex-controlada Atlântico Participações S.A., demonstrado na nota explicativa nº 14, passou a ser aproveitado nas apurações mensais de imposto de renda e contribuição social com base no RTT, conforme disposições previstas na Lei nº 11.941/09, cujos efeitos estão demonstrados na nota explicativa nº 11.a).
- (iii) Refere-se substancialmente aos valores pagos na aquisição de direitos de uso dos pontos comerciais onde se localizam determinadas lojas "Timberland" e "Concept Havaianas". Por tratar-se de ativos intangíveis, comercializáveis, eles não são amortizados, sendo submetidos a teste anual quanto à sua recuperação por "impairment".
- (iv) Refere-se aos gastos incorridos na aquisição, no desenvolvimento e na implementação de sistemas de gestão empresarial que estão sendo utilizados pela Companhia e por suas controladas. São representados substancialmente pelos sistemas SAP/R3, WMS e LINX e pelos custos incorridos no projeto de gestão da cadeia de valor. Os gastos estão sendo amortizados linearmente de acordo com o prazo de benefício futuro estimado pela Administração da Companhia, sendo de dez anos para o sistema de gestão SAP/R3 e de cinco anos para os demais sistemas. Em 30 de setembro de 2013, devido a indicativos de que a Companhia obterá os benefícios futuros esperados por esses sistemas e projetos, nenhuma provisão para desvalorização por "impairment" foi constituída sobre esses saldos.

A despesa de amortização do intangível consolidada, estimada para os próximos períodos, está assim representada:

2013 (três meses)	6.203
2014	24.170
2015	21.533
2016 em diante	21.916
Total	<u>73.822</u>

Informações adicionais sobre o intangível

(i) *Gastos com pesquisa e desenvolvimento de produtos*

	Consolidado	
	30/09/2013	30/09/2012
Gastos com pesquisa e desenvolvimento de produtos registrados ao resultado:	13.989	14.554

(ii) *Teste de redução ao valor recuperável do ágio*

Não foram identificados fatores que indicassem perda no valor recuperável do ágio no período.

c) Movimentação

	Controladora						30/09/2013
	31/12/2012	Adições	Transferências (i)	Depreciações	Baixas	Impairment	
<u>Imobilizado</u>							
Terrenos	9.650	-	-	-	-	-	9.650
Edifícios e construções	63.508	-	116.722	(2.830)	(39)	-	177.361
Máquinas e equipamentos	84.738	-	44.673	(10.915)	(636)	-	117.860
Móveis e utensílios	16.074	-	3.019	(2.017)	-	-	17.076
Veículos	1.074	-	503	(155)	(6)	-	1.416
Benfeitorias em imóveis de terceiros	14.414	-	5.596	(2.518)	-	-	17.492
Projetos em andamento	174.866	129.260	(171.777)	-	(10)	-	132.339
Outros imobilizados	545	-	-	-	-	-	545
Provisão para perdas ("impairment")	(1.099)	-	-	-	-	145	(954)
Parcela de subvenção governamental a apropriar de terreno	(847)	-	-	-	-	-	(847)
Total	362.923	129.260	(1.264)	(18.435)	(691)	145	471.938

	Controladora						30/09/2013
	31/12/2012	Adições	Transferências (i)	Amortizações	Baixas	Impairment	
<u>Intangível</u>							
Com vida útil definida:							
Sistema de gestão empresarial	63.976	-	1.264	(11.381)	-	-	53.859
Carteira de clientes	6.582	-	(1)	(4.230)	-	-	2.351
Sem vida útil definida:							
Projetos em andamento	2.505	5.315	1	-	-	-	7.821
Cessão de direitos comerciais	4.063	-	-	-	-	-	4.063
Marcas, direitos e patentes	197	-	-	-	-	-	197
Total	77.323	5.315	1.264	(15.611)	-	-	68.291
Total	440.246	134.575	-	(34.046)	(691)	145	540.229

Consolidado								
	31/12/2012	Adições	Transferências (i)	Depreciações	Baixas	Impairment	Variação cambial (ii)	30/09/2013
Imobilizado								
Terrenos	14.503	-	-	-	(24)	-	(347)	14.132
Edifícios e construções	129.339	3.021	118.816	(5.816)	(92)	(10)	(4.945)	240.313
Máquinas e equipamentos	134.493	1.742	47.707	(16.657)	(640)	(2)	(2.823)	163.820
Móveis e utensílios	21.900	4.142	3.019	(4.189)	(10)	16	176	25.054
Veículos	1.352	148	503	(218)	(6)	-	(30)	1.749
Benfeitoria em imóveis de terceiros	16.257	1.020	6.170	(3.041)	(18)	-	338	20.726
Projetos em andamento (iii)	188.421	133.550	(177.479)	-	(10)	-	(603)	143.879
Outros imobilizados	4.384	-	-	-	(573)	-	(254)	3.557
Provisão para perdas ("impairment")	(15.433)	-	-	-	-	145	985	(14.303)
Parcela de subvenção governamental a apropriar de terreno	(847)	-	-	-	-	-	-	(847)
Total	494.369	143.623	(1.264)	(29.921)	(1.373)	149	(7.503)	598.080

Consolidado								
	31/12/2012	Adições	Transferências (i)	Amortizações	Baixas	Impairment	Variação cambial (ii)	30/09/2013
Intangível								
Com vida útil definida:								
Marcas, direitos e patentes	8.336	-	-	(1.128)	-	-	806	8.014
Sistemas de gestão empresarial	64.803	607	1.323	(11.863)	-	-	(21)	54.849
Cessão de direitos comerciais	3.230	1.641	(59)	(445)	-	-	467	4.834
Carteira de clientes	10.842	-	(1)	(5.058)	-	-	346	6.129
Sem vida útil definida:								
Projetos em andamento (iii)	2.505	5.315	1	-	-	-	-	7.821
Ágio na aquisição de controladas	150.130	-	-	-	-	-	-	150.130
Cessão de direitos comerciais	4.063	-	-	-	-	-	-	4.063
Total	243.909	7.563	1.264	(18.494)	-	-	1.598	235.840
Total	738.278	151.186	-	(48.415)	(1.373)	149	(5.905)	833.920

- (i) Transferências correspondem às movimentações dos ativos entre a rubrica "Projetos em andamento" para as correspondentes contas definitivas dos grupos "Imobilizado" e "Intangível", quando do encerramento dos projetos.
- (ii) Variação cambial decorrente da conversão das informações intermediárias das controladas no exterior.
- (iii) Os valores registrados na rubrica "Projetos em andamento" referem-se aos projetos: (1) de construção da nova fábrica de sandálias na cidade de Montes Claros - MG, com investimento de R\$112.668; (2) diversas melhorias e expansão do processo fabril, com investimentos de aproximadamente R\$5.575; (3) melhorias em infraestrutura e sistemas de informação R\$6.630 e (4) Demais projetos em andamento R\$26.827.

15. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2013	31/12/2012	30/09/2013	31/12/2012
Nacionais	174.443	181.043	190.156	198.220
Estrangeiros	145.384	99.797	216.163	160.859
Total	319.827	280.840	406.319	359.079

O saldo de fornecedores estrangeiros refere-se, em sua maioria, a valores denominados em dólares norte-americanos.

16. Empréstimos e financiamentos

			Controladora		Consolidado		
		Moeda	Indexador e taxa anual de juros	30/09/2013	31/12/2012	30/09/2013	31/12/2012
<u>Denominados em reais:</u>							
FNE (BNB)	(a)		Juros de 4,01%	122.798	43.361	122.798	43.361
Finame			Juros de 3,22%	33.370	6.898	33.370	6.898
			Cesta de moeda e				
Finem (BNDES)	(b)		TJLP:7,57%	385	3.775	385	3.775
Exim (BNDES)	(c)		Juros de 8,00%	100.640	30.498	100.640	30.498
NCE (Exim – Compulsório)	(d)		Juros de 7,46%	35.352	-	35.352	-
			Juros de				
Cessão de crédito de recebíveis	(e)		10,06%	32.144	49.650	32.144	49.650
Total em reais				324.689	134.182	324.689	134.182
<u>Denominados em moeda estrangeira:</u>							
“Working capital” - Alpargatas EUA	(f)	US\$	Juros de 1,45%	-	-	82.881	73.532
“Working capital” - Alpargatas Europa	(f)	€	Juros de 2,43%	-	-	-	7.241
“Working capital” - Alpargatas International APS	(f)	€	Juros de 1,17%	-	-	-	10.807
Arrendamentos mercantis financeiros - Alpargatas S.A.I.C. – Argentina		AR\$	Juros de 22,00%	-	-	9	79
“Working capital” - Alpargatas S.A.I.C. - Argentina	(g)	AR\$	Juros de 20,85%	-	-	113.830	72.912
Total em moeda estrangeira				-	-	196.720	164.571
Total geral				324.689	134.182	521.409	298.753
Passivo circulante				74.027	69.601	263.220	188.406
Passivo não circulante				250.662	64.581	258.189	110.347

(a) Em 23 de fevereiro de 2006, a Companhia assinou contrato de financiamento com o Banco do Nordeste do Brasil - BNB no limite de R\$ 112.000 destinados a apoiar programas de investimentos na Região Nordeste. O financiamento está sendo amortizado mensalmente desde 2008, com previsão de liquidação em dez anos. Em 26 de dezembro de 2012, a Companhia assinou outro contrato de financiamento com o BNB no limite de R\$148.498 destinados a apoiar o investimento da fábrica em Montes Claros na região norte de Minas Gerais. As amortizações serão pagas mensalmente durante oito anos no período de janeiro/2015 a dezembro/2022. As liberações das parcelas de ambos os contratos foram vinculadas ao cronograma de desembolso dos investimentos. Ambas as garantias estão suportadas por carta de fiança bancária.

(b) Em setembro de 2007 a Companhia assinou com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES contrato de financiamento de R\$22.200 para suportar o projeto de implantação do sistema corporativo integrado de gestão. O financiamento está sendo amortizado em parcelas

mensais desde novembro de 2008, com liquidação integral prevista para outubro de 2013. A garantia está suportada por carta de fiança bancária.

- (c) Em setembro de 2012 e agosto de 2013 a Companhia recebeu o crédito de R\$30.000 e R\$70.000, respectivamente, referentes ao financiamento da linha do BNDES-EXIM Pré Embarque assinado com o Banco Alfa de Investimento, Banco Bradesco S.A. e Banco Itaú – Unibanco S.A. Os recursos têm o objetivo de financiar as exportações de sandálias e exige ao final da operação, a comprovação da performance das exportações durante o período de vigência do contrato. Os financiamentos serão amortizados em seis parcelas, com vencimentos entre 2014 e 2015.
- (d) Em fevereiro de 2013 e julho de 2013 a Companhia recebeu o crédito de R\$25.000 e R\$ 10.000, respectivamente, referentes a Nota de Crédito à Exportação – NCE assinado com o Banco Itaú-Unibanco S.A. A linha de crédito é semelhante à operação de BNDES-EXIM Pré Embarque e também exige ao final da operação, a comprovação da performance das exportações durante o período de vigência do contrato. Os financiamentos serão amortizados em parcelas únicas no seu vencimento em fevereiro de 2016.
- (e) Em outubro de 2010 a Companhia assinou com o Banco Santander S.A. convênio de cessão de crédito. O prazo médio das operações é de 90 dias. As cessões são amortizadas ao Santander de acordo com os recebimentos dos títulos dos clientes.
- (f) Os empréstimos e financiamentos captados pelas controladas no exterior são garantidos por avais da Companhia, de acordo com limites aprovados pelo Conselho de Administração. Os prazos de vencimento para essas operações variam de 180 a 360 dias.
- (g) Os empréstimos e financiamentos captados pela Alpargatas S.A.I.C. - Argentina são utilizados no capital de giro da operação. Apenas um único empréstimo com o BBVA Banco Francés no valor de R\$38.635 possui aval da Alpargatas S.A. As demais operações não possuem covenants ou garantias.

Os demais empréstimos estão garantidos por Notas Promissórias e alienação fiduciária de bens da Companhia e de suas controladas, com exceção das operações de “working capital” da Alpargatas S.A.I.C. – Argentina.

Os vencimentos da parcela registrada no passivo não circulante estão demonstrados como segue:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2013	31/12/2012	30/09/2013	31/12/2012
Ano				
2014	8.831	45.324	10.085	86.930
2015	99.609	15.324	104.414	19.483
2016	52.151	2.454	53.619	2.454
2017	15.884	1.187	15.884	1.188
2018	14.961	264	14.961	264
2019 em diante	59.226	28	59.226	28
Total	<u>250.662</u>	<u>64.581</u>	<u>258.189</u>	<u>110.347</u>

Cláusulas restritivas de contratos

Em 30 de setembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012, os contratos de empréstimos e financiamentos mantidos pela Companhia e por suas controladas não continham cláusulas restritivas que estabelecem obrigações quanto à manutenção de índices financeiros por parte da Companhia e de suas controladas.

17. Obrigações negociadas de controladas

Em 26 de setembro de 2001, a controlada Alpargatas S.A.I.C. - Argentina solicitou a abertura de processo preventivo de obrigações negociadas com os credores, tendo sido tal decisão ratificada pela Assembleia Geral de Acionistas realizada em 1º de março de 2002 e o deferimento pelo Tribunal Comercial competente, em 7 de março de 2002.

Em dezembro de 2005, esse mesmo Tribunal Comercial, atendendo à solicitação da Administração da controlada, emitiu decisão tornando conhecida a existência de um pré-acordo com os credores e em 15 de setembro de 2006, após o cumprimento de determinadas obrigações legais anteriormente impostas, a controlada deu início à implementação do acordo de reestruturação de suas dívidas com os credores.

Os valores estão divulgados nas informações contábeis intermediárias trimestrais consolidadas na conta "Obrigações negociadas", no passivo circulante e no não circulante, pelos montantes de R\$11.208 e R\$54.867 respectivamente, em 30 de setembro de 2013 (R\$11.687 e R\$60.773 em 31 de dezembro de 2012), os quais estão sendo demonstrados líquidos dos ajustes a valor presente, nos montantes de R\$40.180 e R\$46.439, respectivamente, em 30 de setembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012.

O ajuste a valor presente vem sendo calculado considerando como taxa, a diferença entre a taxa básica de juros da economia argentina e a taxa prefixada para atualização dos passivos, conforme estabelecido de acordo com os termos das obrigações negociadas. Em 30 de setembro de 2013, a taxa média de desconto praticada para o ajuste a valor presente era de 15% ao ano.

Os efeitos decorrentes da reversão líquida do ajuste a valor presente estão sendo registrados na conta "Despesas financeiras" no consolidado e totalizaram R\$2.926 no resultado referente ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2013 (R\$2.938 referente ao mesmo período de 2012).

O passivo total está sujeito a juros anuais entre 1% e 3% e possui prazos de vencimentos entre 15 e 25 anos, com carência de 6 a 10 anos, a partir da data em que os acordos foram celebrados.

Em 30 de setembro de 2013, as reversões previstas para os próximos períodos referentes ao ajuste a valor presente, são demonstradas como segue:

2013 (três meses)	1.055
2014	3.745
2015	3.624
2016 em diante	31.756
Total	<u>40.180</u>

Os vencimentos previstos para a parcela registrada no passivo não circulante estão demonstrados como segue:

2014	1.989
2015	7.504
2016 em diante	45.374
Total	<u>54.867</u>

Saldo em 31 de dezembro de 2012	72.460
Juros	7.852
Variação cambial	(5.339)
Pagamento	(8.898)
Saldo em 30 de setembro de 2013	<u>66.075</u>

18. Obrigações fiscais

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2013	31/12/2012	30/09/2013	31/12/2012
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS	1.394	3.516	1.127	3.433
Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS	6.365	5.341	6.434	5.435
Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI	445	337	445	337
Imposto de renda e contribuição social	1.587	-	1.660	-
Alpargatas S.A.I.C. - Argentina:	-	-	-	-
Imposto de renda	-	-	1.447	149
Imposto sobre Valor Adicionado – IVA	-	-	7.486	395
Outros impostos	-	-	1.555	1.359
Alpargatas Europe S.L.U. – Espanha	-	-	-	-
Imposto sobre Valor Adicionado – IVA	-	-	5.231	517
Outros	2.706	1.837	2.882	1.871
	<u>12.497</u>	<u>11.031</u>	<u>28.267</u>	<u>13.496</u>

19. Provisões e outras obrigações

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2013	31/12/2012	30/09/2013	31/12/2012
“Royalties” a pagar	19.222	17.735	19.222	17.735
Provisão para fretes a pagar	7.009	11.670	6.903	11.778
Propagandas a pagar	4.634	3.326	4.634	3.326
Operações com instrumentos financeiros derivativos	7.558	-	7.558	-
Outras contas a pagar (comissões, serviços de terceiros, concessionárias e outras)	13.187	11.675	45.301	27.378
Total	<u>51.610</u>	<u>44.406</u>	<u>83.618</u>	<u>60.217</u>

20. Partes relacionadas

a) Saldos com partes relacionadas

<u>Ativo e (passivo) não circulante</u>	Controladora	
	30/09/2013	31/12/2012
CBS S.A. - Companhia Brasileira de Sandálias	212	4.708
Alpargatas Internacional APS	(23)	(20)
Alpargatas Imobiliária S.A.	(274)	(152)
Total	<u>(85)</u>	<u>4.536</u>

O saldo é representado por conta corrente entre a Companhia e suas controladas, devido à administração centralizada das disponibilidades, não havendo incidência de encargos financeiros.

b) Saldos a receber e a pagar decorrentes de transações com partes relacionadas

		Controladora		Controladora e consolidado	
		Contas a receber		Contas a pagar	
		30/09/2013	31/12/2012	30/09/2013	31/12/2012
Alpargatas USA Inc. - Estados Unidos	(ii)	6.319	12.232	-	-
Alpargatas Europe S.L.U. - Espanha	(ii)	5.331	10.773	-	-
Alpargatas S.A.I.C. – Argentina		861	891	-	-
Grupo Camargo Corrêa	(iii)	-	-	1	338
Total		12.511	23.896	1	338

c) Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar

		Controladora e consolidado	
		30/09/2013	31/12/2012
Juros sobre capital próprio		1.690	1.725

d) Transações com partes relacionadas

As transações efetuadas com partes relacionadas estão demonstradas a seguir:

		Venda de produtos/serviços		Compra de produtos/serviços	
		30/09/2013	30/09/2012	30/09/2013	30/09/2012
Alpargatas S.A.	(i)	34.836	38.198	(iv)	16.862
Alpargatas USA Inc. - Estados Unidos		-	-	(i)	13.169
Alpargatas Europe S.L.U. - Espanha		-	-	(i)	25.013
Alpargatas S.A.I.C. – Argentina		1.594	-	(i)	16
CBS S.A. - Companhia Brasileira de Sandálias		3.253	4.454		-
Grupo Camargo Corrêa (controlador):		-	-		-
Aluguéis e condomínio		-	595	-	-
Serviços compartilhados - CSC	(iv)	9.322	9.827	-	-
Projetos corporativos	(iv)	2.659	1.380	-	-
Outras		34	29	-	-
		51.698	54.483	51.698	54.483

- (i) Compreendem substancialmente as vendas de sandálias da marca “Havaianas” para as controladas localizadas nos Estados Unidos e na Europa, devido ao modelo das operações e ao formato do canal de distribuição definido para as operações internacionais da Companhia, no qual os produtos são manufaturados no Brasil e posteriormente vendidos para as controladas no exterior, onde são revendidos.

Durante os períodos findos em 30 de setembro de 2013 e de 2012, a Companhia não registrou nenhuma baixa ou provisão para créditos de liquidação duvidosa referente aos saldos a receber de suas controladas no exterior.

- (ii) Contas a receber pelas vendas dos produtos descritos no item (i), cujos recebimentos ocorrerão entre outubro de 2013 e março de 2014.
- (iii) Contas a pagar pela prestação dos serviços descritos no item (iv).

- (iv) Compreendem custos com serviços corporativos compartilhados, tais como de telefonia, de seguros, administrativos e de tecnologia da informação, cuja prestação está celebrada em contrato com o Centro de Soluções Compartilhadas do Grupo Camargo Corrêa.

Em 30 de setembro de 2013, exceto pelos avais e pelas garantias concedidos para suportar as operações de empréstimos e financiamentos, conforme mencionado na nota explicativa nº 16, a Companhia e suas controladas não haviam concedido outros avais e garantias para partes relacionadas.

e) Remuneração do pessoal chave da administração

A remuneração total dos administradores está assim composta:

30/09/2013					
	Remuneração			Outorga de opções	
	Variável			Saldo das opções (quantidade) (ii)	Preço médio de exercício - R\$ (iii)
	Fixa	(i)	Total		
Conselhos de Administração e Fiscal Diretores	2.019	-	2.019	-	-
	4.451	2.530	6.981	4.162.973	6,50
	6.470	2.530	9.000	4.162.973	-
30/09/2012					
	Remuneração			Outorga de opções	
	Variável			Saldo das opções (quantidade) (ii)	Preço médio de exercício - R\$ (iii)
	Fixa	(i)	Total		
Conselhos de Administração e Fiscal Diretores	2.099	-	2.099	-	-
	3.618	3.296	6.914	3.633.464	5,22
	5.717	3.296	9.013	3.633.464	-

- (i) Refere-se à participação nos resultados registrados no exercício. Os valores contemplam eventuais complementos e/ou reversões à provisão efetuada no exercício anterior, em virtude da apuração final das metas estabelecidas aos diretores estatutários.
- (ii) Refere-se ao saldo das opções maduras ("vested") e não maduras ("non-vested"), não exercidas, na data do balanço.
- (iii) Refere-se ao preço médio ponderado de exercício da opção à época dos planos de outorga, atualizado monetariamente até a data do balanço.

Conforme detalhes descritos na nota explicativa nº 27, durante o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2013, foi reconhecida uma despesa referente aos planos de outorga de opções de R\$1.886 (R\$1.295 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2012).

Em adição à remuneração dos administradores, durante o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2013, a Companhia efetuou contribuições ao plano de previdência privada no montante de R\$338 (R\$279 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2012) em nome dos diretores estatutários.

A remuneração global anual para os administradores fixada para o exercício de 2013 na Assembleia Geral Ordinária de 24 de abril de 2013 foi de R\$13.441.

21. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

Em 30 de setembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012, a Companhia e suas controladas possuem processos de natureza tributária, cível e trabalhista, decorrentes de autuações por parte das autoridades fiscais, de reclamações de terceiros e ex-funcionários ou de ações e questionamentos. Para essas contingências foram constituídas provisões, quando, na opinião da Administração e de seus assessores jurídicos, o risco de eventual perda foi considerado como provável. Essas provisões estão assim apresentadas:

		Controladora		Consolidado	
		30/09/2013	31/12/2012	30/09/2013	31/12/2012
Reclamações trabalhistas	(a)	15.522	16.331	26.517	22.679
Processos tributários	(b)	9.182	9.328	14.578	14.766
Depósitos judiciais	(b)	(4.179)	(4.179)	(4.179)	(4.179)
Processos cíveis		3.697	3.356	4.134	3.885
		<u>24.222</u>	<u>24.836</u>	<u>41.050</u>	<u>37.151</u>
Parcela do circulante		5.042	5.851	7.653	11.383
Parcela do não circulante		19.180	18.985	33.397	25.768

- (a) Referem-se às ações movidas contra a Companhia e suas controladas por ex-funcionários e colaboradores, cujos pedidos são basicamente de pagamentos de verbas rescisórias, adicionais salariais, horas extras e verbas entendidas como devidas em razão de responsabilidade subsidiária. Os valores provisionados referem-se às melhores estimativas apuradas para cada processo como perda provável.
- (b) Consistem basicamente em: (i) auto de infração referente à COFINS do período de julho e setembro a dezembro de 1992 emitido contra a Companhia, em que se discute diferenças não tributadas, cujo montante atualizado para 30 de setembro de 2013 é de R\$3.844; e (ii) discussão quanto à cobrança da diferença do Fator Acidentário de Prevenção - FAP e Seguro de Acidente do Trabalho - SAT, no montante total de R\$5.106, em que a Companhia discute a cobrança pela alíquota máxima da indústria. O processo encontra-se pendente de decisão de segunda instância na esfera judicial, com depósito judicial no valor de R\$4.179.

Movimentação

Controladora					
	Trabalhistas	Tributários	Cíveis	Depósitos judiciais	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2012	16.331	9.328	3.356	(4.179)	24.836
Complementos	5.682	-	346	-	6.028
Reversões	-	(134)	-	-	(134)
Pagamentos	(6.491)	(12)	(5)	-	(6.508)
Saldo em 30 de setembro de 2013	<u>15.522</u>	<u>9.182</u>	<u>3.697</u>	<u>(4.179)</u>	<u>24.222</u>

Consolidado					
	Trabalhistas	Tributários	Cíveis	Depósitos judiciais	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2012	22.679	14.766	3.885	(4.179)	37.151
Complementos	10.347	-	346	-	10.693
Reversões	(92)	(134)	-	-	(226)
Pagamentos/Variação cambial	(6.417)	(54)	(97)	-	(6.568)
Saldo em 30 de setembro de 2013	<u>26.517</u>	<u>14.578</u>	<u>4.134</u>	<u>(4.179)</u>	<u>41.050</u>

Perdas possíveis

A Companhia e suas controladas possuem ações de natureza tributária e cível que não estão provisionadas, pois envolvem risco de perda classificado pela Administração e por seus advogados e consultores legais como possível. As contingências passivas estão assim representadas:

	Controladora e Consolidado	
	30/09/2013	31/12/2012
Tributárias:		
Auto de infração - IRRF (a)	8.930	8.723
CSLL e IRPJ (b)	9.835	9.573
Royalties (c)	49.233	53.090
IPI (d)	39.568	38.424
Outras	15.615	10.590
	<u>123.181</u>	<u>120.400</u>
Cíveis (ações indenizatórias)	<u>5.856</u>	<u>5.732</u>

- (a) Auto de infração visando à cobrança de IRRF, compensado com créditos de IRPJ.
- (b) Autos de infração relativos a não homologação de compensações de débitos tributários com créditos de IRPJ e CSLL.
- (c) Autos de infração visando a cobrança de II, IPI, PIS-Importação e COFINS-Importação sobre os valores remetidos ao exterior a títulos de royalties, no período de 2007 a 2010.
- (d) Autos de infração relativos à não homologação de compensação de créditos de IPI na aquisição de insumos isentos da ex-controlada Locomotiva da Amazônia Indústria e Comércio de Têxteis Industriais Ltda., correspondentes ao período de julho de 2004 a junho de 2008.

Adicionalmente, em 2005, foi movido processo cível contra a Companhia por uma empresa detentora de determinada marca esportiva, cujo objeto da causa se referia a perdas e danos por supostos descumprimentos no contrato de licenciamento, o qual foi distratado em anos anteriores. Em fevereiro de 2007, houve decisão favorável à Companhia determinando a extinção do processo. Em novembro de 2011, o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo confirmou tal decisão, oportunidade na qual os assessores jurídicos da Companhia passaram a avaliar a ação com prognóstico de perda remoto. Em junho de 2013, o STJ afastou a extinção do processo e determinou o retorno dos autos à primeira instância, para julgamento de seu mérito. A Companhia opôs Embargos de Declaração contra essa decisão, os quais foram rejeitados em agosto de 2013. A decisão ainda é passível de recurso.

22. Tributos com exigibilidade suspensa

	Controladora e consolidado	
	30/09/2013	31/12/2012
PIS/COFINS - Lei nº 9.718/98	32.003	31.226
Depósitos judiciais	(32.003)	(31.226)
(a)	<u>-</u>	<u>-</u>
COFINS - exclusão do ICMS da base de cálculo	130.751	111.391
Depósitos judiciais	(11.555)	(10.942)
(b)	<u>119.196</u>	<u>100.449</u>
IRPJ – exclusão da CSLL da base de cálculo do IRPJ	11.304	10.498
Outros	3.860	3.162
	<u>15.164</u>	<u>13.660</u>
Total – controladora e consolidado	<u>134.360</u>	<u>114.109</u>

(a) COFINS - Lei nº 9.718/98

Em 8 de março de 1999, a Companhia obteve liminar na ação ordinária em que discute a inconstitucionalidade da Lei nº 9.718/98 e da Emenda Constitucional nº 20, mais especificamente, o aumento da alíquota da COFINS em 1% e o alargamento da base de cálculo da COFINS e do PIS. Essa liminar assegurou o recolhimento dessas contribuições nos moldes da legislação vigente até janeiro de 1999.

A partir daquela data, os valores dessas contribuições apurados nos períodos em questionamento foram registrados no passivo como tributos com exigibilidade suspensa e passaram a ser mantidos atualizados monetariamente pela taxa SELIC, cujos efeitos de atualização monetária foram registrados na rubrica “Despesas financeiras” no resultado do exercício. De setembro de 2002 a janeiro de 2004, a Companhia depositou em juízo o valor em discussão.

Em março de 2006, após decisão adversa proferida pelo Supremo Tribunal Federal - STF sobre o recurso extraordinário da ação referente ao aumento de alíquota da COFINS em 1%, a Companhia decidiu pelo pagamento do montante apurado nos períodos de: (i) março de 1999 a agosto de 2002; e (ii) fevereiro de 2004 a março de 2006, no montante total de R\$43.041. Tal decisão foi tomada sem que houvesse prejuízo da continuidade da discussão judicial referente ao período de setembro de 2002 a janeiro de 2004, tendo a Companhia passado a efetuar os pagamentos das apurações mensais a partir de abril de 2006, cujo valor registrado como tributo com exigibilidade suspensa e depósito judicial totalizava R\$28.804, atualizados monetariamente.

A Lei nº 11.941/09 revogou o parágrafo 1º do artigo 3º da Lei nº 9.718/98, que tratava do alargamento da base de cálculo do PIS e da COFINS, fato que fortaleceu a tese questionada pela Companhia. Com essa alteração, considerando a decisão do STF, o IBRACON - Instituto dos Auditores Independentes do Brasil editou o Comunicado Técnico - CT nº 05/09, o qual possibilitou a reversão, por parte das empresas, da parcela do PIS e da COFINS referente ao alargamento da base de cálculo. Em 30 de setembro de 2009, a Companhia reverteu a parcela correspondente a esse passivo com exigibilidade suspensa, no montante total de R\$12.401.

Portanto, os valores registrados em 30 de setembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012 referem-se unicamente à parcela relativa à majoração da alíquota da COFINS em 1%, para a qual, em agosto de 2009, o STF julgou desfavoravelmente a tese defendida pela Companhia. A ação da Companhia em 30 de setembro de 2013 ainda aguarda julgamento; porém, tendo em vista o julgamento da tese, terá desfecho desfavorável, quando os valores depositados judicialmente serão convertidos em renda da União.

Em 30 de setembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012, os valores provisionados, bem como os depósitos judiciais, estão atualizados monetariamente pela taxa SELIC.

(b) COFINS - exclusão do ICMS da base de cálculo do tributo

A Companhia questiona judicialmente, desde 1993, a inclusão do ICMS na base de cálculo da COFINS, e no período de maio de 1993 a fevereiro de 1996 foram efetuados depósitos judiciais. A partir de junho de 2008, a Companhia passou a valer-se do efeito suspensivo obtido em Medida Cautelar no STF para continuar excluindo o ICMS da base de cálculo da COFINS, entretanto, a partir daquela data, sem mais a necessidade de efetuar depósitos judiciais. Apesar disso, tais valores vêm sendo registrados como passivo com exigibilidade suspensa.

Em 30 de setembro de 2013, o processo aguarda julgamento no STF, fazendo com que a Companhia mantenha os valores do passivo e dos depósitos judiciais atualizados monetariamente pela taxa SELIC.

Movimentação dos tributos com exigibilidade suspensa - controladora

	<u>31/12/2012</u>	<u>Atualizações</u>	<u>Complementos/ (Reversões)</u>	<u>30/09/2013</u>
PIS/COFINS	31.226	777	-	32.003
Depósitos judiciais	<u>(31.226)</u>	<u>(777)</u>	<u>-</u>	<u>(32.003)</u>
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
COFINS – ICMS	111.391	5.011	14.349	130.751
Depósitos judiciais	<u>(10.942)</u>	<u>(613)</u>	<u>-</u>	<u>(11.555)</u>
	<u>100.449</u>	<u>4.398</u>	<u>14.349</u>	<u>119.196</u>
IRPJ – exclusão da CSLL da base de cálculo do IRPJ	10.498	524	282	11.304
Outros	<u>3.162</u>	<u>698</u>	<u>-</u>	<u>3.860</u>
	<u>13.660</u>	<u>1.222</u>	<u>282</u>	<u>15.164</u>
Total	<u>114.109</u>	<u>5.620</u>	<u>14.631</u>	<u>134.360</u>

23. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital integralizado em 30 de setembro de 2013 era de R\$624.610, após aumento com a integralização do valor destinado como reserva de lucros de 2007, aprovado em 24 de abril de 2013, com a emissão de 38.880.147 novas ações, sendo 19.967.649 ações ordinárias e 18.912.498 ações preferenciais, incluídas as ações em tesouraria. A bonificação ocorreu na proporção de 10 ações para cada 100 ações possuídas em 24 de abril de 2013.

Em razão da bonificação ocorrida em 30 de abril de 2013 o número de total de ações passou a ser representado por 427.681.615 ações escriturais sem valor nominal, sendo 219.644.137 ordinárias e 208.037.478 preferenciais.

Com a alteração do estatuto social, o limite autorizado para aumento do capital social passou para 439.288.274 ações preferenciais, sendo o Conselho de Administração o órgão competente para determinar as condições aplicáveis às emissões de ações, com base no capital autorizado, como também a aplicabilidade ou não do direito de preferência dos atuais acionistas, nos termos do artigo 172 da Lei nº 10.303/01.

O capital subscrito e integralizado apresenta a seguinte composição acionária:

Em 30 de setembro de 2013:

<u>Acionistas</u>	<u>Ações ordinárias</u>		<u>Ações preferenciais</u>		<u>Total</u>	
	<u>Quantidade</u>	<u>%</u>	<u>Quantidade</u>	<u>%</u>	<u>Quantidade</u>	<u>%</u>
Controladores (Grupo Camargo Corrêa)	147.133.071	66,99	41.571.897	19,98	188.704.968	44,12
Administradores:						
Conselho de Administração	43.562.673	19,83	8.744.459	4,20	52.307.132	12,23
Conselho Fiscal	-	-	-	-	-	-
Demais acionistas	28.948.393	13,18	157.721.122	75,82	186.669.515	43,65
Total	219.644.137	100,00	208.037.478	100,00	427.681.615	100,00

Em 31 de dezembro de 2012:

<u>Acionistas</u>	<u>Ações ordinárias</u>		<u>Ações preferenciais</u>		<u>Total</u>	
	<u>Quantidade</u>	<u>%</u>	<u>Quantidade</u>	<u>%</u>	<u>Quantidade</u>	<u>%</u>
Controladores (Grupo Camargo Corrêa)	133.757.338	66,99	37.792.634	19,98	171.549.972	44,12
Administradores:						
Conselho de Administração	39.560.580	19,81	7.948.700	4,20	47.509.280	12,22
Conselho Fiscal	24.200	0,01	222.200	0,12	246.400	0,06
Demais acionistas	26.334.370	13,19	143.161.446	75,70	169.495.816	43,60
Total	199.676.488	100,00	189.124.980	100,00	388.801.468	100,00

b) Plano de recompra de ações

Em reunião do Conselho de Administração, realizada em 7 de dezembro de 2012 foi deliberado o plano para recompra de até 9.530.692 ações preferenciais e até 6.591.915 ações ordinárias. A autorização vigorará pelo prazo máximo de 361 dias, e terminará dia 6 de dezembro de 2013. A Companhia não adquiriu ações preferenciais e nem ações ordinárias de sua própria emissão no último Programa autorizado em 9 de dezembro de 2011, que compreendia o período de 12 de dezembro de 2011 a 7 de dezembro de 2012.

O plano foi aprovado para suportar os exercícios de opções de ações da Companhia, conforme detalhes divulgados na nota explicativa nº 27.

No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2013, a conta “Ações em tesouraria” registrou movimentação somente em função da bonificação ocorrida em 30 de abril de 2013, que ocorreu na proporção de 10 ações para cada 100 ações possuídas e inclui as ações em tesouraria. Assim, o número de total de ações em tesouraria passou a ter o saldo de 6.162.796 ações preferenciais, com custo médio de 7,73.

	<u>Quantidade</u>	<u>Custo médio - R\$</u>
Em 31 de dezembro de 2012	5.602.542	7,64
Bonificação de ações (30 de abril de 2013)	560.254	(0,69)
Alienadas (*)	(43.076)	(2,04)
Aquisições (*)	43.076	14,05
Em 30 de junho de 2013	6.162.796	7,00
Alienadas (**)	(627.869)	(5,19)
Aquisições (**)	627.869	13,86
Saldo em 30 de setembro de 2013	6.162.796	7,73

(*) Alienações e aquisições no âmbito dos planos de outorga de opções de ações até 30/06/2013.

(**) Alienações e aquisições no âmbito dos planos de outorga de opções de ações de 30/06/2013 a 30/09/2013.

c) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Os acionistas têm assegurado, em cada exercício, dividendo não inferior a 25% do lucro líquido, calculado nos termos da lei societária e do estatuto.

No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2013, foram declarados pela Administração, juros sobre o capital próprio no montante bruto de R\$63.300 (R\$54.657, líquido do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF).

Adicionalmente, em 24 de abril de 2013, a Assembleia Geral Ordinária aprovou a proposta para pagamento de dividendos, no montante de R\$25.300, que haviam sido propostos pelo conselho de administração em 15 de março de 2013. Tais dividendos foram pagos em 17 de abril de 2013.

A seguir está detalhada a distribuição dos dividendos e dos juros sobre o capital próprio propostos pela Administração:

	Por ação – R\$ (bruto)			
	30/09/2013		31/12/2012	
	Preferenciais	Ordinárias	Preferenciais	Ordinárias
Juros sobre o capital próprio	0,16307	0,14824	0,23876	0,21706
Dividendos	-	-	0,06931	0,06300

d) Ágio (deságio) na venda de ações em tesouraria

Refere-se ao ágio ou deságio gerado na venda de ações em tesouraria principalmente decorrente do exercício das opções dos planos de outorga descritos na nota explicativa nº 27.

e) Reserva para incentivos fiscais

A partir de 1º de janeiro de 2008, os incentivos fiscais passaram a ser registrados diretamente no resultado, sendo posteriormente, quando do encerramento das demonstrações financeiras anuais, constituídos como “Reserva de incentivos fiscais” no grupo “Reservas de lucros”.

24. Informações sobre segmentos de negócios

O pronunciamento técnico CPC 22/IFRS 08 - Informações por Segmento requer que os segmentos sejam reportados de forma consistente com os relatórios gerenciais fornecidos e revisados pelo principal tomador de decisões operacionais para fins de avaliação de desempenho de cada segmento e alocação de recursos. O principal tomador de decisões operacionais da Companhia é representado pelo Diretor Presidente.

Embora a Companhia possua uma estrutura de gestão matricial onde as receitas de vendas são analisadas pelo principal tomador de decisões em diversos níveis, pois os produtos produzidos e comercializados pela Companhia e suas controladas são divididos entre diversas marcas entre calçados, artigos esportivos, sandálias e vestuário, as operações são

geridas por segmentação geográfica com a seguinte segregação: (i) Operações nacionais: desempenho da Companhia e de suas controladas no Brasil e (ii) Operações internacionais: desempenho das controladas na Argentina e desempenho consolidado das controladas nos Estados Unidos e na Europa, bem como das exportações diretas e da Tavex Corporation S.A., empresa que a Companhia detêm 18,687% de participação.

A receita líquida por segmento está representada da seguinte forma no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2013:

- Operações nacionais:
 - Brasil: 68,5%
- Operações internacionais:
 - Argentina: 18,1%
 - Europa, Estados Unidos e Exportações: 13,4%

As políticas contábeis de cada segmento são as mesmas aplicadas na elaboração das informações contábeis trimestrais da Companhia. O desempenho dos segmentos foi avaliado com base nas receitas operacionais líquidas, no lucro líquido e no capital empregado (ativos totais menos passivo circulante e passivo não circulante) em cada segmento. Essa base de mensuração inclui os efeitos financeiros, imposto de renda e a contribuição social, a depreciação e a amortização e são consistentes com os registros das informações contábeis consolidadas.

As informações estão demonstradas a seguir:

30/09/2013						
Contas de resultado	Receita operacional líquida	Lucro líquido (prejuízo)	Depreciação e amortização	Resultado financeiro	Variação cambial líquida	Imposto de renda e contribuição social
Operações nacionais:						
Brasil	1.685.234	211.650	(34.308)	61.425	(561)	(29.654)
Operações internacionais:						
Argentina	444.735	(17.753)	(8.125)	(34.008)	(354)	6.848
Europa/Estados Unidos/Exportações	331.102	52.324	(5.982)	(43)	4.210	(8.531)
Grupo Tavex S.A./Osklen	-	(8.861)	-	-	-	-
Participação dos acionistas não controladores	-	(248)	-	-	-	-
Consolidado	<u>2.461.071</u>	<u>237.112</u>	<u>(48.415)</u>	<u>27.374</u>	<u>3.295</u>	<u>(31.337)</u>

30/09/2012						
Contas de resultado	Receita operacional líquida	Lucro líquido (prejuízo)	Depreciação e amortização	Resultado financeiro	Variação cambial líquida	Imposto de renda e contribuição social
Operações nacionais:						
Brasil	1.509.630	159.847	(32.396)	34.848	(5.351)	(17.743)
Operações internacionais:						
Argentina	396.156	13.193	(7.946)	(24.782)	(121)	13.736
Europa/Estados Unidos/Exportações	264.630	50.425	(4.252)	(1.382)	2.925	(4.783)
Grupo Tavex S.A.	-	(9.802)	-	-	-	-
Participação dos acionistas não controladores	-	603	-	-	-	-
Consolidado	<u>2.170.416</u>	<u>214.266</u>	<u>(44.594)</u>	<u>8.684</u>	<u>(2.547)</u>	<u>(8.790)</u>

A tabela abaixo apresenta os saldos patrimoniais em 30 de setembro de 2013 e em 31 de dezembro de 2012.

Contas patrimoniais	30/09/2013			31/12/2012		
	Ativo total	Passivo circulante e não circulante	Adição ativo imob. e intangível	Ativo total	Passivo circulante e não circulante	Adição ativo imob. e intangível
Operações nacionais:						
Brasil	2.634.670	1.072.437	135.798	2.166.954	680.299	191.682
Operações internacionais:						
Argentina	444.400	324.789	12.004	402.845	255.579	9.880
Europa / Estados Unidos/Exportações	144.333	145.274	3.384	137.561	143.953	3.948
Grupo Tavex S.A.	26.385	-	-	33.369	-	-
Terras de Avent. Ind.						
Art. Esport. S.A. – Osklen	67.851	-	-	-	-	-
Consolidado	<u>3.317.639</u>	<u>1.542.500</u>	<u>151.186</u>	<u>2.740.729</u>	<u>1.079.831</u>	<u>205.510</u>

A Companhia possui uma carteira de clientes pulverizada e nenhum cliente individualmente contribuiu com mais de 6% para as receitas de vendas.

25. Receita operacional líquida

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2013	30/09/2012	30/09/2013	30/09/2012
Receita operacional bruta:				
Mercado interno	1.939.888	1.773.691	2.593.445	2.114.888
Mercado externo	142.876	147.120	367.222	544.580
	<u>2.082.764</u>	<u>1.920.811</u>	<u>2.960.667</u>	<u>2.659.468</u>
Devoluções e cancelamentos	(44.816)	(43.727)	(88.770)	(84.637)
Impostos incidentes sobre as vendas	<u>(288.007)</u>	<u>(300.152)</u>	<u>(410.826)</u>	<u>(404.415)</u>
Receita operacional líquida	<u>1.749.941</u>	<u>1.576.932</u>	<u>2.461.071</u>	<u>2.170.416</u>

26. Despesas por natureza

A Companhia apresenta a demonstração do resultado utilizando uma classificação das despesas baseada na sua função. As informações das despesas por natureza é apresentada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2013	30/09/2012	30/09/2013	30/09/2012
Custo dos produtos vendidos:				
Matérias primas e outros materiais	690.137	630.168	899.540	789.949
Salários, encargos e benefícios	187.943	173.482	355.855	319.684
Depreciação	13.564	11.995	22.036	19.971
Outros custos	81.331	62.887	138.780	117.726
Total	972.975	878.532	1.416.211	1.247.330
Despesas com vendas:				
Salários, encargos e benefícios	68.193	59.753	108.832	95.277
Frete	59.600	57.511	81.877	76.257
Propaganda e publicidade	157.654	155.417	208.421	198.226
Comissões	15.339	11.773	30.492	23.103
Depreciação	2.573	2.394	4.033	4.192
Royalties	32.234	23.765	34.257	25.514
Serviços de terceiros	11.556	8.484	23.294	18.090
Aluguéis/Leasing	9.042	8.729	16.994	13.937
Desp. com viagens	3.932	4.031	6.638	6.619
Desp. com armazenagem	2.822	2.302	14.662	19.711
Seguro de transporte	5.291	4.986	7.234	7.035
Outras	57.140	55.786	68.954	64.974
	425.376	394.931	605.688	552.935
Gerais e administrativas:				
Salários, encargos e benefícios	62.177	45.494	75.260	57.609
Honorários dos administradores (nota explicativa nº 20.e))	8.180	8.445	8.602	9.013
Serviços de terceiros	16.186	22.343	20.503	25.550
Depreciação	2.214	1.518	3.768	2.765
Outras	24.274	20.255	24.857	21.457
	113.031	98.055	132.990	116.394

27. Programas de opção de compra de ações

A Companhia concede opções de compra de ações preferenciais a alguns de seus empregados, por meio de um programa aprovado pelas Assembleias Gerais Extraordinárias realizadas em 26 de abril de 2002, 26 de outubro de 2006 e 29 de abril de 2011 com o objetivo de retê-los e incentivá-los a contribuir em prol dos interesses e objetivos da Companhia e de seus acionistas. Os planos são administrados pela área de Recursos Humanos da Companhia.

Critérios gerais dos programas de outorga

Para os programas de 2002, 2003, 2004 e de 2005, a carência para o exercício das opções é de dois anos, com "vesting" de 20% no segundo ano, 20% no terceiro ano, 20% no quarto ano e 40% no quinto ano após outorga, com prazo máximo de até dez anos para exercício das opções outorgadas.

Para os programas de 2006 a 2009, a carência para o exercício das opções passou a ser de três anos, com “vesting” de 30% no terceiro ano (janela de exercício de dois meses), 30% no quarto ano (janela de exercício de dois meses) e 40% no quinto ano, com prazo máximo de cinco anos e dois meses para exercício das opções outorgadas. Para esses programas, o exercício das opções é condicional ao alcance de condições de desempenho baseadas em indicadores de resultados internos.

Para os programas de 2010 a 2012, a carência para o exercício das opções continuou a mesma que nos planos 2006-2009, porém o prazo máximo para exercício das opções outorgadas passou a ser diferente para cada “tranche”, sendo de três anos após o vencimento de cada período de carência. Para esses programas, o exercício das opções é também condicional ao alcance de condições de desempenho baseadas em indicadores de resultados internos.

Os critérios para determinação dos preços iniciais para exercício das opções outorgadas nos termos dos planos correspondem a:

- (i) Programas de 2002 a 2005: preço inicial de exercício equivalente à média ponderada por volume de negociações das cotações de fechamento das ações preferenciais da Companhia negociadas na BMF&BOVESPA nos 60 pregões anteriores à data de aprovação de cada programa anual. O índice de reajuste do preço de exercício é o Índice Geral de Preços de Mercado - IGP-M.
- (ii) Programas de 2006 a 2009: preço inicial de exercício equivalente à média ponderada por volume de negociações das cotações de fechamento das ações preferenciais da Companhia na BMF&BOVESPA nos 60 pregões anteriores a 31 de maio do ano da outorga. O índice de reajuste do preço de exercício é o Índice de Preços ao Consumidor Ampliado - IPCA.
- (iii) Programa de 2010 a 2012: preço de exercício equivalente à média ponderada por volume de negociações das cotações de fechamento das ações preferenciais da Companhia na BMF&BOVESPA nos 60 pregões anteriores a 31 de maio do ano da outorga. Esse preço de exercício não é reajustado com nenhum índice.

Evolução dos planos de opção de compra de ações

Para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2013 e para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012, segue a evolução dos planos de opção de compra de ações. As quantidades e os preços informados em 31/12/2012 foram ajustados em razão da bonificação de 1:10 aprovada na AGE de 24 de abril de 2013.

	30/09/2013		31/12/2012	
	Número de opções	Preço de exercício médio ponderado R\$	Número de opções	Preço de exercício médio ponderado R\$
Opções em circulação no início do período/exercício	4.833.910	6,23	4.644.533	4,58
Opções concedidas	-	-	1.026.939	2,28
Opções exercidas	(670.937)	13,83	(480.612)	6,54
Opções canceladas	-	-	(356.950)	4,34
Opções em circulação no fim do período/exercício	4.162.973	6,50	4.833.910	6,23

As opções de compra de ações em circulação têm as seguintes características:

	Opções em circulação		
	Opções não exercidas no fim do exercício / período	Vida remanescente contratual (meses)	Faixa de preço de exercício R\$
30 de setembro de 2013	4.162.973	46	1,48-13,19
31 de dezembro de 2012	4.833.910	50	1,43-13,19
			Opções exercíveis no fim do exercício / período
			1.496.576
			1.590.472

O detalhe das características das opções de compra de ações em circulação, por plano, é apresentado a seguir:

Data da outorga	30/09/2013		
	Opções não exercidas no fim do exercício	Vida remanescente contratual (meses)	Preço de exercício (R\$)
1º de julho de 2004	86.152	9	1,48
1º de julho de 2005	1.032.904	21	2,10
1º de julho de 2009	796.672	11	3,67
1º de julho de 2010	534.699	57	5,13
1º de julho de 2011	875.446	69	9,20
1º de julho de 2012	837.100	81	13,19
Total	4.162.973	46	1,48-13,19
			Opções exercíveis no fim do exercício
			86.152
			1.032.904
			377.520
			-
			-
			-

Data da outorga	31/12/2012		
	Opções não exercidas no fim do exercício	Vida remanescente contratual (meses)	Preço de exercício (R\$)
1º de julho de 2004	86.152	18	1,43
1º de julho de 2005	1.075.980	30	2,02
1º de julho de 2008	423.500	8	5,53
1º de julho de 2009	922.262	20	3,54
1º de julho de 2010	613.470	66	5,14
1º de julho de 2011	875.446	78	9,20
1º de julho de 2012	837.100	90	13,19
Total	4.833.910	50	1,43-13,19
			Opções exercíveis no fim do exercício
			86.152
			1.075.980
			239.580
			188.760
			-
			-
			-

Para fins contábeis, o valor justo das opções foi estimado utilizando-se um modelo de avaliação "Binomial". A despesa contábil registrada na conta de resultados relativa aos planos de opção de compra de ações foi de R\$1.886 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2013, contra R\$2.033 no exercício findo em 31 de dezembro de 2012. Para o cálculo da despesa, foi utilizada uma probabilidade de alcance das condições de performance de 100% (para as outorgas 2006-2012) e uma taxa esperada de cancelamento das opções de 0%.

O valor justo, na data da outorga, das opções de compra de ações concedidas em 1º de julho de 2012 foi estimado em R\$ 4,54. As condições de performance não foram refletidas no valor justo pois são baseadas em indicadores de resultados internos. A hipótese de volatilidade

esperada foi determinada com base na volatilidade histórica em um período de cinco anos anteriores à data da outorga e os exercícios antecipados foram refletidos utilizando-se um modelo de avaliação binomial do tipo “Hull-White” com um gatilho para exercício voluntário de 150% do preço de exercício.

As principais hipóteses utilizadas no cálculo são apresentadas a seguir (preço da ação, preço de exercício e valor justo foram ajustados pela bonificação de 1:10 aprovada na AGE de 24 de abril de 2013):

	Valores expressos (R\$)
Preço da ação	12,18
Preço de exercício	13,19
Volatilidade esperada	38%
Dividendos esperados	2,5%
Taxa livre de risco (taxa nominal)	9,5%
Taxa de rotatividade (“post-vesting”)	10%
Valor justo	4,54

A seguir são demonstrados os efeitos simulados decorrentes do:

- (i) Cenário I: exercício das opções outorgadas até 30 de setembro de 2013.
- (ii) Cenário II: exercício de todas as opções passíveis de serem outorgadas no âmbito do programa de outorga de opções.

Para ambos os cenários considerou-se a hipótese na qual todas as opções eram exercíveis em 30 de setembro de 2013, considerando o valor do patrimônio líquido da controladora na referida data-base.

Valores expressos em reais:

	Cenário I	Cenário II
Preço de exercício médio ponderado	6,50	6,50
Número de ações preferenciais do capital social	208.037.478	208.037.478
Número de ações preferenciais do capital social em circulação	201.874.681	201.874.681
Número de ações a serem adquiridas com exercício das opções	4.833.910	14.520.000
Valor patrimonial contábil por ação em circulação	4,18	4,18
Valor patrimonial contábil por ação considerando o exercício das opções	4,08	3,89
Diluição do valor patrimonial por ação	0,10	0,29
Diluição percentual	2,32%	6,98%

28. Benefícios a colaboradores

A Companhia e suas controladas patrocinam dois planos de complementação de benefícios de aposentadoria, além de conceder, por intermédio de um plano próprio de aposentadoria, benefícios de renda vitalícia e assistência médica para um grupo determinado de ex-funcionários e seus respectivos cônjuges. O passivo atuarial referente a esses planos, reconhecidos em 30 de setembro de 2013, é de R\$886 (R\$886 em 31 de dezembro de 2012).

Os detalhes das premissas e dos cálculos do passivo atuarial estão descritos na nota explicativa nº 29 às demonstrações financeiras anuais de 31 de dezembro de 2012.

29. Receitas, despesas financeiras e operações com instrumentos financeiros derivativos, líquidas

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2013	30/09/2012	30/09/2013	30/09/2012
Receitas financeiras:				
Rendimentos de aplicações financeiras	29.298	39.416	32.671	42.708
Juros ativos	2.893	3.796	3.480	4.098
Outras	226	809	225	1.084
	<u>32.417</u>	<u>44.021</u>	<u>36.376</u>	<u>47.890</u>
Despesas financeiras:				
Juros e encargos sobre empréstimos e financiamentos	(6.322)	(4.170)	(21.943)	(11.906)
Juros e encargos sobre obrigações negociadas de controlada	-	-	(7.852)	(7.939)
Imposto sobre operações financeiras - IOF	(286)	(231)	(1.754)	(1.887)
Imposto sobre operações bancárias (Argentina)	-	-	(5.628)	(6.524)
Atualização monetária sobre impostos	(5.193)	(3.967)	(5.193)	(3.967)
Despesas bancárias	(3.851)	(2.969)	(7.096)	(4.997)
Outras	(645)	(508)	(2.424)	(1.986)
	<u>(16.297)</u>	<u>(11.845)</u>	<u>(51.890)</u>	<u>(39.206)</u>
Ganhos em operações com instrumentos financeiros derivativos	67.429	-	67.429	-
Perdas em operações com instrumentos financeiros derivativos	(24.541)	-	(24.541)	-
	<u>42.888</u>	<u>-</u>	<u>42.888</u>	<u>-</u>
	<u>59.008</u>	<u>32.176</u>	<u>27.374</u>	<u>8.684</u>

30. Variação cambial líquida

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2013	30/09/2012	30/09/2013	30/09/2012
Variação cambial ativa	25.611	14.283	26.912	14.724
Variação cambial passiva	(23.025)	(10.752)	(23.617)	(17.271)
	<u>2.586</u>	<u>3.531</u>	<u>3.295</u>	<u>(2.547)</u>

31. Outras receitas (despesas) operacionais

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2013	30/09/2012	30/09/2013	30/09/2012
Outras receitas operacionais:				
Crédito Eletrobrás (a)	-	7.726	-	7.726
Impostos s/ receita operacional	(313)	(1.248)	(323)	(1.261)
Resultado na venda de imóveis (Argentina)	-	-	3.025	7.294
Resultado na venda de marca (Argentina)	-	-	-	5.031
Venda de sucata	515	940	543	973
Receita de taxa de franquia	1.086	1.328	1.086	1.328
Outras	1.133	926	2.498	2.673
	<u>2.421</u>	<u>9.672</u>	<u>6.829</u>	<u>23.764</u>
Outras despesas operacionais:				
Amortização de intangível	(15.595)	(15.136)	(18.562)	(17.674)
Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas (nota explicativa nº 21)	(5.911)	(8.567)	(10.575)	(9.497)
Outras	(31.975)	(11.885)	(37.233)	(23.629)
	<u>(53.481)</u>	<u>(35.588)</u>	<u>(66.370)</u>	<u>(50.800)</u>

- (a) Trata-se de ação judicial movida pela Companhia visando receber a devolução dos empréstimos compulsórios efetuados para a Eletrobrás com correção monetária integral e juros sobre o valor do principal. O Superior Tribunal de Justiça - STJ pacificou o assunto de forma favorável aos contribuintes quando do julgamento dos RESP nº 1003955 e RESP nº 1028592, realizado sob o rito de recursos repetitivos, nos termos do artigo 543-C do Código de Processo Civil, estabelecendo esse desfecho para todos os casos que tratam da matéria. Por sua vez, através do julgamento do Agravo de Instrumento nº 735933 interposto pela Eletrobrás, o Supremo Tribunal Federal - STF consolidou o entendimento do STJ no sentido de que a discussão da matéria é infraconstitucional. Embora ainda não tenha havido o trânsito em julgado definitivo da ação movida pela Companhia, já existe sobre ela decisão determinando que o entendimento esposado pelo STJ seja aplicado ao seu caso concreto.

Em março de 2012, a Companhia recebeu o montante de R\$7.726 em complemento do contrato de cessão e aquisição de direitos creditórios e outras avenças para terceiros não relacionados a Empresas do Grupo, para quem foram transferidos todos os riscos e benefícios decorrentes da referida ação judicial, pelo valor de R\$19.765, celebrado em dezembro de 2011. A Companhia, todavia, resguardou o seu direito de complementar o valor da venda com base em informações que porventura venham a ser obtidas das concessionárias de energia elétrica.

32. Participação nos resultados

A Companhia e suas controladas concedem participação nos resultados a seus funcionários, vinculada ao alcance de metas operacionais e objetivos específicos, estabelecida e aprovada anualmente para cada fábrica/unidade. Nos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2013 e de 2012, foram reconhecidos no resultado os seguintes valores:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2013	30/09/2012	30/09/2013	30/09/2012
Programa de participação no resultado	32.769	25.029	39.923	32.338

Esta participação está registrada na conta "Salários e encargos sociais a pagar", no passivo circulante.

33. Avais e garantias

Em 30 de setembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012, em adição ao divulgado nas notas explicativas nº 14 e nº 16, os avais e as garantias oferecidos pela Companhia às instituições financeiras, referentes às operações de financiamento de vendas - “vendedor”, totalizavam, respectivamente R\$2.030 e R\$478.

Durante o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2013 e exercício findo em 31 de dezembro de 2012, a Companhia não registrou perdas decorrentes desses avais e garantias oferecidos.

34. Gestão de riscos e instrumentos financeiros

a) Considerações gerais e políticas

A Companhia e suas controladas contratam operações envolvendo instrumentos financeiros, incluindo derivativos, quando aplicável, todos registrados em contas patrimoniais, que se destinam a atender às suas necessidades operacionais e financeiras.

A gestão desses instrumentos financeiros é realizada por meio de políticas, definição de estratégias e estabelecimento de sistemas de controle, sendo monitorada pela Administração da Companhia.

Os procedimentos de tesouraria definidos pela política vigente incluem rotinas mensais de projeção e avaliação da exposição cambial consolidada da Companhia e de suas controladas, sobre as quais se baseiam as decisões tomadas pela Administração.

Aplicações financeiras

A política para aplicações financeiras estabelecida pela Administração da Companhia e de suas controladas, elege as instituições financeiras com as quais os contratos podem ser celebrados segundo avaliação do *rating* de crédito da contraparte em questão, percentual máximo de exposição por instituição de acordo com o *rating* e percentual máximo por patrimônio líquido do banco. Em 30 de setembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012 as aplicações estão dentro destes limites.

Contas correntes com partes relacionadas

Na controladora, os saldos com partes relacionadas são referentes à administração de caixa único (caixa e equivalentes de caixa) pela Companhia, não havendo encargos financeiros sobre essas transações.

Políticas para contratação de instrumentos financeiros derivativos

Em virtude das obrigações financeiras assumidas pela Companhia e por suas controladas em moedas estrangeiras, a Administração, seguindo diretrizes estabelecidas pelo Conselho de Administração da Companhia, pode contratar operações com instrumentos financeiros derivativos para minimizar riscos cambiais assumidos por obrigações financeiras e contas a pagar por importação de insumos produtivos, obedecendo aos níveis de exposição vinculados a esses riscos.

Entre os procedimentos de tesouraria definidos pela política vigente, estão incluídas rotinas mensais de projeção e avaliação da exposição cambial da Companhia e de suas controladas, sobre as quais se baseiam as decisões tomadas pela Administração quanto à contratação desses instrumentos financeiros.

b) Gestão de risco financeiro

Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia e de suas controladas as expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda e de taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez. A gestão de risco da Companhia concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro, utilizando, quando necessário, instrumentos financeiros derivativos para proteger certas exposições a risco.

A gestão de risco é realizada pela tesouraria da Companhia, sendo as políticas obrigatoriamente aprovadas pelo Conselho de Administração. A tesouraria identifica, avalia e contrata instrumentos financeiros com o intuito de proteger a Companhia contra eventuais riscos financeiros, principalmente decorrentes de taxas de juros e câmbio.

b1) Risco de mercado

A Companhia está exposta a riscos de mercado decorrentes das atividades de seus negócios. Esses riscos de mercado envolvem principalmente a possibilidade de flutuações na taxa de câmbio e mudanças nas taxas de juros.

i) Risco cambial

Em virtude de contas a receber e das obrigações financeiras de diversas naturezas assumidas pela Companhia em moedas estrangeiras, é conduzida uma política de Proteção Cambial, que estabelece níveis de exposição vinculados a esse risco.

Consideram-se os valores em moeda estrangeira dos saldos a receber e a pagar de compromissos já assumidos e registrados nas demonstrações financeiras oriundos das operações da Companhia, bem como fluxos de caixa futuros.

ii) Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo. A Administração da Companhia tem como política manter os indexadores de suas exposições às taxas de juros ativas e passivas atrelados a taxas pós-fixadas. As aplicações financeiras e os empréstimos e financiamentos, são corrigidos pelo CDI pós-fixado, conforme contratos firmados com as instituições financeiras.

b2) Risco de crédito

As vendas são substancialmente para varejistas e atacadistas. O risco de crédito é reduzido em virtude da grande pulverização da carteira de clientes e pelos procedimentos de avaliação e concessão de crédito. O resultado dessa gestão está refletido na rubrica "Provisão para créditos de liquidação duvidosa", conforme demonstrado na nota explicativa nº 8.

A Companhia e suas controladas estão sujeitas também a riscos de crédito relacionados aos instrumentos financeiros contratados na gestão de seus negócios. Consideram baixo o risco de não-liquidação das operações que mantêm em instituições financeiras com as quais operam, que são consideradas pelo mercado como de primeira linha.

b3) Risco de liquidez

A gestão prudente do risco de liquidez implica manter caixa, títulos e valores mobiliários suficientes, disponibilidades de captação por meio de linhas de crédito compromissadas e capacidade de liquidar posições de mercado. Em virtude da natureza dinâmica dos negócios da Companhia e de suas controladas, a tesouraria mantém flexibilidade na captação mediante a manutenção de linhas de crédito compromissadas.

A Administração monitora o nível de liquidez consolidado da Companhia, considerando o fluxo de caixa esperado em contrapartida às linhas de crédito não utilizadas, a caixa e equivalentes de caixa. A tabela a seguir analisa os passivos financeiros, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial em relação à data contratual do vencimento. Os valores apresentados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

c) Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge ("hedge accounting")

A Companhia possui importações em dólares de produtos acabados e matérias primas, principalmente referentes à unidade de negócio de Artigos Esportivos. Além disso, a Companhia também compra parte de suas matérias primas nacionais a um valor cujo preço sofre impacto indireto da variação da taxa cambial.

Por outro lado, a Companhia possui também exportações de sandálias que em sua maioria, são vendidas em dólares.

O volume de importações e pagamentos em moeda estrangeira é superior ao volume de exportações e recebimentos também em moeda estrangeira. Dessa forma, a Companhia possui uma exposição cambial cuja posição importadora é maior do que a posição exportadora, ou seja, possui um risco contra a alta da taxa de câmbio.

Com o objetivo de mitigar este risco e principalmente proteger o seu fluxo de caixa, foi aprovada em dezembro de 2012 pelo Conselho de Administração da Companhia a Política de Gestão de Risco Cambial. Esta política estabelece diretrizes para operações de proteção do fluxo de caixa através da utilização de instrumentos financeiros derivativos.

As operações com derivativos visam proteger o fluxo de caixa futuro da Companhia através da redução da exposição cambial para um horizonte de 12 meses futuros. A exposição cambial futura é baseada nas projeções de pagamentos e recebimentos em moeda estrangeira. Em 30 de setembro de 2013, o volume total protegido (Notional) representava um montante de US\$159.637 (cento e cinquenta e nove milhões seiscientos e trinta e sete mil dólares) em operações do tipo NDF (Non-Deliverables Forward).

Hedge de fluxo de caixa

A partir de 01 de setembro de 2013, foi aplicada para todas as operações com instrumentos derivativos do tipo NDF a contabilidade de hedge ("hedge accounting") conforme o CPC 38 e o IAS 39, tendo como objeto de hedge importações e compras futuras de estoques em moeda estrangeira altamente prováveis. A contabilização adotada pela Companhia foi o hedge de fluxo de caixa ("cashflow hedge"). Todos os derivativos são contabilizados no balanço da Companhia pelo seu valor justo marcado a mercado ("Mark-to-Market") e os resultados dos derivativos são reconhecidos no resultado da Companhia ou mantidos no Patrimônio Líquido até o seu vencimento de

acordo com a efetividade de cada operação.

As atividades de hedge são realizadas apenas na empresa Controladora, não envolvendo assim as demais empresas controladas e subsidiárias da Companhia.

Em 30 de setembro de 2013, a Companhia possuía uma posição de instrumentos derivativos do tipo NDF (Non-Deliverable Forward) designados como hedges de compras futuras em dólar americano junto a fornecedores de produtos acabados e matérias primas com os quais a Alpargatas prevê ser altamente provável a realização de transações. As operações possuem diferentes vencimentos dentro de um horizonte de 12 meses futuros. A liquidação deste tipo de instrumento se faz de acordo com a PTAX na data do vencimento. O saldo contábil registrado no balanço da Companhia em 30 de setembro de 2013 segue no quadro abaixo.

	30/09/2013		31/12/2012	
	Ativos	Passivos	Ativos	Passivos
NDF – Non Deliverable Forward (Valor justo - MtM)	10.808	7.558	-	-

Com a implementação do hedge accounting a partir de 1º de setembro de 2013, além dos saldos no ativo e no passivo da Companhia, serão registrados também no seu balanço os valores da marcação a mercado do derivativos designados como instrumentos de hedge, que serão mantidos no Patrimônio Líquido e transferidos para resultado do exercício nos períodos em que o item protegido por hedge afeta o resultado. O saldo contábil registrado no Patrimônio Líquido da Companhia em 30 de setembro de 2013 segue no quadro abaixo:

	30/09/2013	31/12/2012
Saldo bruto mantido no patrimônio líquido	(21.876)	-
IR/CS diferidos ativos sobre operação de hedge	7.438	-
Saldo líquido mantido no patrimônio líquido	14.438	-

Os hedges de fluxo de caixa de compras futuras esperados no horizonte de 12 meses futuros foram avaliados como altamente eficientes em 30 de setembro de 2013.

O valor transferido durante o período do patrimônio líquido da reserva de outros resultados abrangentes para o saldo contábil dos itens objeto foi igual à zero, visto que a operação foi designada para as compras a partir de outubro.

Anteriormente a adoção do hedge de fluxo de caixa, até 31 de outubro de 2013, as variações oriundas da marcação a mercado do valor justo dos derivativos eram reconhecida diretamente no resultado. Os impactos acumulados dos instrumentos derivativos no resultado do período totalizaram R\$42.888 (vide nota explicativa 29).

As liquidações de instrumentos financeiros derivativos do período de nove meses findos em 30 de setembro de 2013 totalizaram uma entrada de caixa de R\$17.762.

d) Passivos financeiros

O valor contábil consolidado dos passivos financeiros é mensurado pelo método do custo amortizado, e seus correspondentes valores justos são demonstrados a seguir:

30/09/2013							
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre três e cinco anos	Mais de cinco anos	Valor justo	Efeito do desconto	Saldo contábil
Circulante:							
Obrigações por arrendamento financeiro	9	-	-	-	9	(2)	7
Empréstimos e financiamentos	263.212	-	-	-	263.212	-	263.212
Fornecedores	406.319	-	-	-	406.319	-	406.319
Não circulante:							
Obrigações por arrendamento financeiro	-	-	-	-	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	-	114.499	84.464	59.226	258.189	-	258.189

31/12/2012							
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre três e cinco anos	Mais de cinco anos	Valor justo	Efeito do desconto	Saldo contábil
Circulante:							
Obrigações por arrendamento financeiro	76	-	-	-	76	(4)	72
Empréstimos e financiamentos	188.334	-	-	-	188.334	-	188.334
Fornecedores	359.079	-	-	-	359.079	-	359.079
Não circulante:							
Obrigações por arrendamento financeiro	-	7	-	-	7	-	7
Empréstimos e financiamentos	-	86.922	23.125	293	110.340	-	110.340

e) Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

A posição financeira líquida consolidada corresponde ao total do caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras, subtraído do montante de empréstimos e financiamentos de curto e longo prazos.

	30/09/2013	31/12/2012
Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras	747.522	616.908
(-) Empréstimos e financiamentos de curto e longo prazos	(521.408)	(298.753)
Posição financeira líquida	<u>226.114</u>	<u>318.155</u>
Patrimônio líquido	<u>1.775.139</u>	<u>1.660.898</u>

f) Exposição cambial

		Controladora		Consolidado	
		30/09/2013	31/12/2012	30/09/2013	31/12/2012
Ativo:					
Contas a receber de clientes	(i)	32.509	49.890	42.379	55.198
Total do ativo		<u>32.509</u>	<u>49.890</u>	<u>42.379</u>	<u>55.198</u>
Passivo:					
Fornecedores		145.384	99.797	145.384	99.797
"Royalties" a pagar		19.222	17.735	19.222	17.735
Total do passivo		<u>164.606</u>	<u>117.532</u>	<u>164.606</u>	<u>117.532</u>
Exposição líquida		(132.097)	(67.642)	(122.227)	(62.334)
Instrumentos financeiros					
derivativos	(ii)	3.250	-	3.250	-
Total da exposição para fins de análise de sensibilidade		<u>(128.847)</u>	<u>(67.642)</u>	<u>(118.977)</u>	<u>(62.334)</u>

(i) No consolidado em 30 de setembro de 2013, 76,7% (90,4% em 31 de dezembro de 2012) referem-se a contas a receber de clientes no exterior mantidas pela controladora no Brasil e 23,3% a contas a receber de clientes no exterior da controlada CBS S.A. - Companhia Brasileira de Sandálias.

(ii) Conforme descrito no item c).

O risco cambial é proveniente da oscilação das taxas de câmbio sobre os saldos de empréstimos e financiamentos, contas a receber de clientes e a pagar a fornecedores e "royalties", denominados em moeda estrangeira.

g) Valores de mercado

Em 30 de setembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012, os valores de mercado das aplicações financeiras aproximam-se dos valores registrados nas informações contábeis intermediárias trimestrais pelo fato de elas estarem atreladas à variação do CDI. Os empréstimos e financiamentos são mantidos atualizados monetariamente com base em taxas de juros contratadas de acordo com as condições usuais de mercado e, portanto, os saldos a pagar nas datas dos balanços aproximam-se substancialmente dos valores de mercado, mesmo aqueles classificados como "não circulantes", considerando-se a modalidade dos correspondentes financiamentos.

O valor justo dos instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de mercado de balcão) é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia e suas controladas usam diversos métodos e definem premissas que são baseadas nas condições de mercado existentes na data do balanço. O valor justo de contratos de câmbio a termo é determinado com base em taxas de câmbio a termo, cotadas na data do balanço.

Estima-se que os saldos das contas a receber de clientes e das contas a pagar aos fornecedores, registrados pelos valores contábeis, estejam próximos de seus valores justos de mercado, dado o curto prazo das operações realizadas.

A Companhia e suas controladas aplicam as regras de hierarquização para avaliação dos valores justos de seus instrumentos financeiros conforme as práticas contábeis do IFRS 7/CPC 40, para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial, o que requer a divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia:

- Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (Nível 1).
- Informações, além dos preços cotados, incluídas no Nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços) (Nível 2).
- Isenções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não observáveis) (Nível 3).

O valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercados ativos (como títulos mantidos para negociação e disponíveis para venda) é baseado nos preços de mercado cotados na data do balanço. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis a partir de uma Bolsa, distribuidor, corretor, grupo de indústrias, serviço de precificação ou agência reguladora, e aqueles preços representam transações de mercado reais e que ocorrem regularmente em bases puramente comerciais. O preço de mercado cotado utilizado para os ativos financeiros mantidos pelo Grupo é o preço de concorrência atual. Esses instrumentos estão incluídos no Nível 1.

O valor justo dos instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão) é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação maximizam o uso dos dados adotados pelo mercado onde está disponível e confiam o menos possível nas estimativas específicas da entidade. Se todas as informações relevantes exigidas para o valor justo de um instrumento forem adotadas pelo mercado, o instrumento estará incluído no Nível 2.

Se uma ou mais informações relevantes não estiverem baseadas em dados adotados pelo mercado, o instrumento estará incluído no Nível 3.

Técnicas de avaliação específicas utilizadas para valorizar os instrumentos financeiros, conforme as regras do Nível 2, incluem:

- Preços de mercado cotados ou cotações de instituições financeiras ou corretoras para instrumentos similares.
- O valor justo de “swaps” de taxa de juros é calculado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados com base nas curvas de rendimento adotadas pelo mercado.
- O valor justo dos contratos de câmbio futuros é determinado com base nas taxas de câmbio futuras na data do balanço, com o valor resultante descontado ao valor presente.
- Outras técnicas, como a análise de fluxos de caixa descontados, são utilizadas para determinar o valor justo para os instrumentos financeiros remanescentes.

h) Análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros

Risco cambial

Para a análise de sensibilidade da exposição cambial consolidada em 30 de setembro de 2013, cujos efeitos refletem somente os impactos sobre os ativos e passivos monetários, foram desconsiderados os saldos de contas a receber de clientes e dos empréstimos e financiamentos mantidos pelas controladas no exterior, os quais são denominados nas moedas funcionais locais de cada uma dessas controladas, e por este motivo, a Administração da Companhia entende que não existe risco de exposição de moeda para essas controladas.

Considerando as exposições cambiais descritas no item (e) anterior, em 30 de setembro de 2013 a análise de sensibilidade quanto à posição em aberto é como segue:

		Ganho/(Perda)		
		Cenário provável	Cenário possível	Cenário remoto
<u>Impactos da variação do dólar norte americano</u>				
Contas a receber de clientes		1.314	10.595	21.190
Fornecedores		(4.507)	(36.346)	(72.692)
“Royalties” a pagar		(596)	(4.806)	(9.611)
Impacto total no resultado		<u>(3.789)</u>	<u>(30.557)</u>	<u>(61.113)</u>
Instrumentos financeiros derivativos	(i)	11.060	88.082	176.164
Impacto total no resultado com derivativos		<u>7.271</u>	<u>57.525</u>	<u>115.051</u>

- (i) Os instrumentos financeiros derivativos visam proteger a exposição cambial para um período de 12 (doze) meses, conforme descrito no item (c).

O cenário provável considera uma valorização do real em 3,1% sobre o dólar norte-americano considerando uma taxa de câmbio média de R\$2,3000, baseada em referências de mercado.

O cenário possível considera uma desvalorização do real em 25% sobre o dólar norte-americano considerando a taxa de câmbio em 30 de setembro de 2013 de R\$2,2300/US\$ (R\$2,7875/US\$) e o cenário remoto uma desvalorização de 50% (R\$3,3450/US\$).

Risco de taxa de juros

A análise de sensibilidade foi determinada com base na exposição às taxas de juros dos instrumentos financeiros não derivativos no final de cada período de relatório. Para os ativos financeiros indexados a CDI e passivos com taxas pós-fixadas (TJLP), a análise é preparada assumindo que o valor líquido entre o ativo e o passivo em aberto no final do período de relatório esteve em aberto durante todo o exercício. Um aumento ou uma redução de 3 pontos percentuais é utilizado para apresentar internamente os riscos de taxa de juros ao pessoal-chave da Administração e corresponde à avaliação da Administração das possíveis mudanças nas taxas de juros.

Se as taxas de juros fossem 3 pontos percentuais ano para cima ou para baixo e todas as outras variáveis se mantivessem constantes, o lucro no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2013 aumentaria ou reduziria em aproximadamente R\$13.816. Isso ocorre principalmente devido à exposição ao CDI sobre as aplicações financeiras, considerando que os passivos financeiros são mantidos substancialmente a taxas pré-fixadas, conforme demonstrado na nota explicativa nº 16.

A sensibilidade da Companhia às taxas de juros aumentou durante o período de nove meses correntes principalmente devido ao aumento nos saldos de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras indexadas a CDI.

35. Lucro líquido por ação

	30/09/2013		
	Ordinárias - ON	Preferenciais - PN (a)	Total
Denominador			
Média ponderada da quantidade de ações total	219.644.137	208.037.478	427.681.615
Quantidade de ações em tesouraria ponderada	-	6.160.311	6.160.311
Média ponderada da quantidade de ações em circulação	219.644.137	214.197.789	433.841.926
% de ações em relação ao total	50,63%	49,37%	100,00%
Numerador – Básico			
Lucro líquido do exercício atribuível a cada classe de ações	114.316	123.044	237.360
Média ponderada da quantidade de ações em circulação	219.644.137	214.197.789	433.841.926
Lucro líquido do exercício por ação básico total	0,5205	0,5744	0,5471
Numerador – Diluído			
Lucro líquido do exercício atribuível a cada classe de ações	113.089	124.271	237.360
Média ponderada da quantidade de ações em circulação	219.644.137	214.197.789	433.841.926
Quantidade de ações dos programas de opção de compra de ações ponderada	-	4.659.272	4.659.272
Média ponderada da quantidade de ações em circulação	219.644.137	218.857.061	438.501.198
% de ações em relação ao total	50,09%	49,91%	100,00%
Lucro líquido do exercício por ação diluído total	0,5149	0,5678	0,5413

	30/09/2012		
	Ordinárias - ON	Preferenciais - PN (a)	Total
Denominador			
Média ponderada da quantidade de ações total	219.644.137	208.037.478	427.681.615
Quantidade de ações em tesouraria ponderada	-	6.160.311	6.160.311
Média ponderada da quantidade de ações em circulação	219.644.137	214.197.789	433.841.926
% de ações em relação ao total	50,63%	49,37%	100,00%
Numerador – Básico			
Lucro líquido do exercício atribuível a cada classe de ações	102.903	110.760	213.663
Média ponderada da quantidade de ações em circulação	219.644.137	214.197.789	433.841.926
Lucro líquido do exercício por ação básico total	0,4685	0,5171	0,4925
Numerador – Diluído			
Lucro líquido do exercício atribuível a cada classe de ações	101.798	111.865	213.663
Média ponderada da quantidade de ações em circulação	219.644.137	214.197.789	433.841.926
Quantidade de ações dos programas de opção de compra de ações ponderada	-	4.659.272	4.659.272
Média ponderada da quantidade de ações em circulação	219.644.137	218.857.061	438.501.198
% de ações em relação ao total	50,09%	49,91%	100,00%
Lucro líquido do exercício por ação diluído total	0,4635	0,5111	0,4873

(a) As ações preferências possuem direito a dividendo 10% maior em relação às ações ordinárias.

Em virtude da bonificação de ações, divulgada na nota explicativa nº 23.a), o número de ações ordinárias e preferenciais em 30 de setembro de 2012 foram ajustadas de forma a

refletir a atual quantidade de ações, conforme requerido pelo parágrafo 64 do Pronunciamento Técnico CPC 41 - Resultado por ação.

36. Compromissos assumidos

36.1. Arrendamentos operacionais

Locação de lojas

Em 30 de setembro de 2013, a Companhia possuía contratos de locação firmados com terceiros, os quais a administração analisou e concluiu que se enquadram na classificação de arrendamento mercantil operacional.

O valor da locação dos imóveis é sempre o maior valor entre: (i) o equivalente à taxa média entre 3 e 4% das vendas mensais brutas, realizadas pela loja; ou (ii) um valor mínimo mensal atualizado anualmente por diversos índices representativos da inflação. A despesa média mensal de aluguéis pagos foi de R\$875 (R\$842 em 30 de setembro de 2012). Os referidos contratos de locação possuem prazos de validade de 5 a 15 anos, sujeitos à renovação.

No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2013, as despesas de aluguéis, líquidas dos impostos a recuperar, no consolidado, totalizaram R\$7.872 (R\$7.581 no mesmo período de 2012).

Outros arrendamentos

A Companhia também possui contratos de locação de depósitos para armazenagem de produtos e mercadorias e escritórios comerciais com valores mensais fixos, reajustados anualmente por índices inflacionários usuais de mercado.

Em agosto de 2011 a Companhia assinou o contrato de locação de um imóvel para instalação de sua nova sede a partir de 2012. O prazo do referido contrato é de 10 anos, com início em setembro de 2011 e com carência de 90 dias a contar desta data. O valor mensal do aluguel é de R\$ 893 e o contrato será reajustado anualmente pela aplicação da variação positiva acumulada do IGP-M / FGV.

No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2013, as despesas de aluguéis, líquidas dos impostos a recuperar, no consolidado, totalizaram R\$27.785 (R\$22.286 no mesmo período de 2012).

Compromissos futuros

Os compromissos futuros totais oriundos dos contratos de arrendamento operacional, a valores de 30 de setembro de 2013, totalizam um montante mínimo fixo de R\$180.674, assim distribuídos:

Período	R\$
2013 (três meses)	14.623
2014	45.101
2015	43.581
2016 até 2017	77.369
	<u>180.674</u>

Tais operações possuem cláusulas restritivas de praxe, como garantias contra rescisão antecipada de contrato, entre outras, para as quais, em 30 de setembro de 2013, a Companhia estava adimplente com essas cláusulas, fazendo com que nenhum dos contratos de aluguel vigentes estivesse sendo caracterizado, naquela data como contrato oneroso pela Administração da Companhia. Adicionalmente, nenhum pagamento considerado como "contingente" havia sido efetuado pela Companhia durante o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2013.

36.2. Contratos de fornecimento de insumos

A Companhia possui compromissos decorrentes de contrato de fornecimento de energia elétrica, vigente até 2013, devendo ser adquirido o volume mínimo mensal de 27.948 kw, equivalente a R\$584, podendo ser alterado com prazo mínimo de seis meses. Em 30 de setembro de 2013, a Companhia estava adimplente com os compromissos desse contrato.

36.3. Contrato de serviço para construção da nova fábrica de Montes Claros - MG e fornecimento de equipamento

A Companhia assumiu compromissos decorrentes de contratos de fornecimento de serviços de engenharia e fornecimento de equipamentos decorrentes da construção da nova fábrica na cidade de Montes Claros - MG. Em 30 de setembro de 2013, o montante total decorrente desses compromissos era de R\$111.193, referente às obras civis que estão sendo executadas, e R\$74.691, referentes aos equipamentos industriais a serem adquiridos de diversos fornecedores.

37. Cobertura de seguros

A Companhia e suas controladas adotam uma política de efetuar a cobertura de seguros para os bens do imobilizado e estoques sujeitos a risco de incêndio, pelo valor de reposição técnica e para cobertura de lucros cessantes. Em 30 de setembro de 2013, as coberturas de seguro no consolidado, eram consideradas suficientes pela Administração para a cobertura dos riscos envolvidos.

38. Informações adicionais às demonstrações dos fluxos de caixa

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2013	30/09/2012	30/09/2013	30/09/2012
Aquisições de imobilizado sem efeito caixa	2.618	-	2.618	-
Limites de contas garantidas sem utilização	-	-	22.115	25.721

39. Reclassificações

39.1. Demonstrações dos fluxos de caixa

Em decorrência das reclassificações de equivalentes de caixa para aplicações financeiras citadas nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012, as seguintes reapresentações estão sendo efetuadas nas demonstrações dos fluxos de caixa no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2012. Essas informações substituem as anteriormente apresentadas:

	Controladora			Consolidado		
	Reapresentado	Reclassificação	Original	Reapresentado	Reclassificação	Original
Atividades operacionais	121.584	(13.901)	135.485	110.721	(15.273)	125.994
Atividades de investimento	(71.139)	(3.390)	(67.749)	(106.327)	(32.821)	(73.506)
Aumento/(Redução) de caixa de equivalentes de caixa	(13.308)	(17.291)	3.983	(30.752)	(48.094)	17.342

40. Aprovação para divulgação das informações contábeis intermediárias trimestrais

As presentes informações contábeis intermediárias trimestrais da Companhia foram aprovadas para divulgação pelo Conselho da Administração em reunião ocorrida em 8 de novembro de 2013.